

NELCY PIÑA RODRIGUES ISLEB

**A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL: NOTAS A PARTIR DO
MERCOSUL**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de
Ciências Econômicas da
Universidade Federal do Paraná
– UFPR – como requisito parcial
para obtenção de Grau em
Ciências Econômicas.
Orientador Específico: Demian
Castro.**

Curitiba

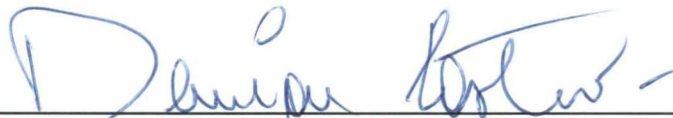
2007

TERMO DE APROVAÇÃO

NELCY PIÑA RODRIGUES ISLEB

A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL: NOTAS A PARTIR DO MERCOSUL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção da conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sórias Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora.



Orientador

Professor: Demian Castro
Departamento Ciências Econômicas, UFPR



Professor: José Guilherme Silva Vieira
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Professor: Igor Zanoni Constant Carneiro Leão
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

DEDICATÓRIA

À minha família me dando apoio e incentivo para esse trabalho e a mim mesmo pela dedicação.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	vi
LISTA DE FIGURAS.....	vii
LISTA DE GRÁFICOS.....	viii
LISTA DE SIGLAS.....	ix
RESUMO.....	x
INTRODUÇÃO.....	1
1 INTEGRAÇÃO HISTÓRICA DO MERCOSUL.....	3
1.1 Retrospectos da formação do MERCOSUL.....	3
1.2 Processo de integração.....	6
1.3 Tratado de Assunção.....	10
1.4 Estrutura Institucional do Mercosul.....	13
1.5 Objetivos do Mercosul.....	15
2 ECONOMIA DO MERCOSUL.....	17
2.1 DADOS SOCIOECONÔMICOS DO MERCOSUL.....	17
2.2 HETEROGENEIDADES DOS PAÍSES.....	24
2.2.1 Economia da Argentina.....	27
2.2.2 Uruguai.....	31
2.2.3 Paraguai.....	33
2.2.4 Brasil.....	34
3 EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO BRASILEIRO ENTRE 1990 E 2006.....	36
3.1 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA DE 1990 A 2006 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES.....	36
3.1.1 Exportações.....	36
3.1.2 Importações.....	46
3.2 BRASIL E O MERCOSUL.....	50
3.3 EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA BLOCOS ECONÔMICOS.....	56
3.3.1 União Européia.....	56
3.3.2 EUA.....	59
3.3.3 Ásia.....	61
3.3.4 ALADI.....	62
4 CONCLUSÃO.....	65
REFERÊNCIAS.....	68

LISTA DE FIGURAS

FIGURA Nº 1 - MERCOSUL PRODUTO INTERNO BRUTO.....	23
FIGURA Nº 2 - EXPORTAÇÃO BRASIL X MERCOSUL.....	23
FIGURA Nº 3 - POPULAÇÃO MERCOSUL.....	25
FIGURA Nº 4- DIREÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DA VENEZUELA.....	26
FIGURA Nº 5 - DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA VENEZUELA.....	27
FIGURA Nº 6 - PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO BRASIL PELA ARGENTINA.....	29
FIGURA Nº 7 - EXPORTAÇÕES ARGENTINA – MUNDO.....	30
FIGURA Nº 8 - IMPORTAÇÃO ARGENTINA – MUNDO.....	30
FIGURA Nº 9 - EXPORTAÇÃO BRASIL X URUGUAI.....	32
FIGURA Nº10 - IMPORTAÇÃO BRASIL X URUGUAI.....	32

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO Nº 1 – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS.....	40
GRÁFICO Nº 2 – EVOLUÇÃO % DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E MUNDIAIS.....	40
GRÁFICO Nº 3 – EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA.....	41
GRÁFICO Nº 4 – EXPORTAÇÃO POR PORTE DE EMPRESA- PARTICIPAÇÃO SOBRE O VALOR.....	45
GRÁFICO Nº 5 – EXPORTAÇÃO POR PORTE DE EMPRESA PARTICIPAÇÃO% SOBRE O NÚMERO DE EMPRESAS.....	46
GRÁFICO Nº 6 – EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS 1997 A 2006.....	47
GRÁFICO Nº 7 – EVOLUÇÃO DO SALDO COMERCIAL BRASILEIRO.....	47
GRÁFICO Nº 8 – PRINCIPAIS MERCADOS FORNECEDORES AO BRASIL.....	49

po

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- TABELA 1-EXPORTAÇÃO DO MERCOSUL.....	12
TABELA 2- PIB DO MERCOSUL.....	18
TABELA 3- ESTADOS MEMBROS E ASSOCIADOS DO MERCOSUL.....	19
TABELA 4- COMÉRCIO ENTRE PAÍSES DO MERCOSUL.....	20
TABELA 5- RELAÇÃO COMERCIAL MERCOSUL E MUNDO.....	22
TABELA 6- RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL MERCOSUL.....	22
TABELA 7- RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL ARGENTINA.....	29
TABELA 8-BALANÇA COMERCIAL POR CATEGORIA DE USO.....	42
TABELA 9- PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS.....	43
TABELA 10-IMPORTAÇÃO BRASILEIRA POR CATEGORIA DE USO.....	50
TABELA 11- EVOLUÇÃO COMÉRCIO BRASIL MERCOSUL.....	53
TABELA 12- EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR BLOCOS ECONOMICOS.....	57
TABELA 13- IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR BLOCOS ECONÔMICOS.....	57
TABELA 14- CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A UE.....	59
TABELA 15-EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA OS EUA.....	60
TABELA 16-EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA ÁSIA.....	61
TABELA 17- EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR BLOCO ECONOMICO.....	62

LISTA DE SIGLAS

ABRACEX	- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR
ACE 14	- ACORDO DE ALCANCE PARCIAL DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA Nº14
AEB	- ASSOCIAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL
ALADI	- ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE INTEGRAÇÃO
ALALC	- ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO
ALICEWEB	- O SISTEMA DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR VIA INTERNET
BID	- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
BNDDES	- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
CCM	- COMISSÃO DE COMÉRCIO MERCOSUL
CEPAL	- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA CIA
CMC	- CONSELHO DE MERCADO COMUM
CPC	- COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA
CSL	- COMISSÃO SÓCIO-LABORAL
CT	- COMITÊS TÉCNICOS
EMEA	- EUROPA ORIENTE MÉDIO E ÁFRICA
EUA	- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
FCES	- FÓRUM CONSULTIVO ECONÔMICO SOCIAL
FMI	- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
FOB	- FREE ON BOARD – LIVRE A BORDO
GATT	- ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS DE COMÉRCIO
GMC	- GRUPO DE MERCADO COMUM
IBGE	- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDH	- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
IES	- INVESTIGAÇÕES ECONÔMICAS SETORIAIS
MDIC	- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
MERCOSUL	- MERCADO COMUM DO SUL
NAFTA	- TRATADO NORTE-AMERICANO DE LIVRE COMÉRCIO
OMC	- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO
OMT	- OBSERVATÓRIO DO MERCADO DE TRABALHO
PIB	- PRODUTO INTERNO BRUTO
PICAB	- PROGRAMA PARA INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ECONÔMICA ARGENTINO-BRASILEIRA
PICE	- PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ECONÔMICA
PND	- PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
PNUD	- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
PPC	- PARIDADE DO PODER DE COMPRA
RE	- REUNIÃO ESPECIAL
RM	- REUNIÃO DE MINISTRO
TEC	- TARIFA EXTERNA COMUM
UE	- UNIÃO EUROPEIA

RESUMO

A presente monografia trata do tema, de inserção internacional do Brasil com notas a partir do Mercosul, mais especificamente sua inserção internacional a partir desse bloco econômico. No primeiro capítulo apresenta-se o histórico do Mercosul, desde as primeiras tentativas de integração entre o Brasil e a Argentina. No capítulo dois apresenta-se o perfil sócio-econômico do Mercosul e também de seus membros. Em relação aos países integrantes, compara-se os problemas das assimetrias que impedem que o Mercosul seja um mercado comum. No terceiro e último capítulo, a ênfase é dada nas importações e exportações brasileiras. A análise é feita no período de 1990 até o ano de 2006, avaliando o desempenho do Brasil no Mercosul, assim como em relação a alguns países e blocos em que o país tem interesses comerciais. O trabalho é baseado em estatísticas e dados oficiais, com a apresentação de gráficos, tabelas e figuras.

Introdução

Muito do que será apresentado, não representa qualquer novidade, entretanto, qualquer trabalho de análise, sempre enfoca algum detalhe por uma ótica diferente.

Esse trabalho monográfico tem como objetivo, analisar o grau de inserção que o Brasil obteve no comércio internacional, a partir da formação do Mercosul apontando as vantagens e desvantagens que o país obteve, a partir da integração em bloco.

Esse bloco, que completou em março de 2007, dezesseis anos de existência, composto de quatro países membros (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e possivelmente ainda a Venezuela), vários sócios e um observador.

Esse estudo dará uma visão geral do comportamento do Brasil no comércio regional e internacional nestes últimos anos, com o objetivo central de analisar as exportações e importações brasileiras após a assinatura do Tratado de Assunção. Através dessa análise, obter os resultados da performance do país a partir da formação do bloco.

A idéia de integração entre os países da América do Sul vem desde os anos 50 e uma das iniciativas bem sucedidas é o caso da Aladi, que vigora até hoje com 12 países integrantes. A tendência de consolidação de blocos econômicos para promoção de cooperação de políticas macroeconômicas levou os países da América do Sul a também formarem blocos, como uma forma de inserção no novo cenário internacional que está relacionado a uma nova política econômica internacional marcada de relações políticas e econômicas entre os países. As vantagens das economias em blocos são muitas e entre elas destacam a economia de escala, a especialização setorial da produção regional, a expansão de mercados entre outros.

Em todo o processo de integração existem dificuldades, principalmente se pensarmos nas assimetrias estruturais, econômicas e sócio-econômicas que no caso dos países signatários do bloco, persistem até hoje. O estudo quantifica a presença dessas assimetrias, revisando indicadores do tamanho das economias, estrutura produtiva e variáveis sociais.

Atualmente, muitos vêem o Mercosul como um entrave ao país, outros o têm como o motor das exportações. Talvez possamos acrescentar algo, às análises já feitas anteriormente. Repensarmos o Mercosul e o Brasil nunca é demais

A discussão hoje é voltada para o aumento das exportações brasileiras nos últimos anos, ou seja, o “boom exportador”, além do superávit da balança comercial e a tendência de diminuição da nossa dívida interna em proporção ao PIB nacional. Mas toda essa euforia vai de encontro com o crescimento do país nos últimos anos, que pode ser considerado pífio, se o compararmos com alguns países emergentes e principalmente em relação ao crescimento mundial.

O Brasil, com todo esse “boom exportador”, obteve a inserção internacional, que seria um dos motivos da sua integração no bloco econômico Mercosul? Houve impacto no crescimento e desenvolvimento do país? Essas são várias perguntas que esse trabalho tentará se possível, responder com a análise histórico-descritiva do Mercosul.

O primeiro capítulo será o relato histórico da formação do bloco, desde as primeiras tentativas de integração, até a assinatura do Tratado de Assunção.

No capítulo dois, será analisada a economia do Mercosul desde sua formação até hoje, e a de seus países membros pela ótica sócio-econômica assim como a macroeconômica. Com as tabelas e os gráficos ficará mais fácil acompanhar o desenvolvimento do trabalho. O grau de heterogeneidade que existe entre os países membros, suas dificuldades e barreiras no comércio internacional, também constarão na pesquisa. O quadro analítico da economia do Brasil nesse capítulo será bem sucinto porque a ênfase será dada no capítulo seguinte.

O último capítulo descreve a evolução da economia nacional no período recente como também a sua dinâmica ao longo do tempo (1990 até 2006). Em seguida, o comportamento da economia brasileira a partir da formação do bloco com a análise das exportações e importações no período. E por último, o Brasil e suas relações comerciais internacionais e as barreiras existentes entre os principais blocos econômicos.

Finalmente, a conclusão final do trabalho.

CAPÍTULO I

1 INTEGRAÇÃO HISTÓRICA DO MERCOSUL

1.1 RETROSPECTO DA FORMAÇÃO DO MERCOSUL

Após a 2ª guerra mundial, a América Latina tenta solucionar o estado de paralisação de suas economias, face ao crescimento industrial causado pelas transformações no cenário internacional.

Na década de 50, com a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), deu-se início aos projetos de integração da América Latina, que incorporou à sua estratégia de industrialização de crescimento as primeiras propostas de integração e cooperação regional para um desenvolvimento econômico da região.

A cooperação era baseada em um sistema de preferências comerciais que acelerariam o desenvolvimento econômico da região (Revista do BNDES - PG 169). A proposta era tirar os países latino-americanos do atraso econômico, baseando-se na alteração do modelo de desenvolvimento de característica agro-exportadora para um processo industrial, ou melhor, priorizar a industrialização e também expandir o comércio exterior além dos produtos primários. Essas propostas resultaram em discussões para a constituição de um mercado regional para a América Latina.

Com a assinatura do Tratado de Montevideu em 1960, foi criada a Associação Latina Americana de Livre Comércio (ALALC), cujos países membros eram Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e o México.

A ALALC foi o mais importante grupo de integração, tendo em vista que contava com a maior parte da produção e população do subcontinente (Dathein, pg. 10). O objetivo dessa associação era a ampliação desses mercados, com a eliminação das restrições comerciais entre os países e a livre circulação de mercadorias, contando ainda com a ausência de barreiras tarifárias e negociações

multilaterais, acelerando, com isso, o desenvolvimento da região no prazo de 12 anos. Contudo, esse prazo foi postergado para 31 de dezembro de 1980 com o Protocolo de Caracas.

Em maio de 1969, no período de vigência da ALALC, foi permitida a criação de agrupamentos sub-regionais no interior da Associação, como o Pacto Andino. Este tinha como objetivo incentivar uma maior integração econômica da Comunidade Andina (Acordo de Cartagena), cujos países integrantes eram Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Chile.

A política econômica de substituição de importações visava incentivar as indústrias domésticas, através de um protecionismo que restringia as importações do país por meio de imposição de barreiras tarifárias. Essa política foi usada até início de 1980, com o fim de promover o desenvolvimento industrial. Contudo, tal política dificultava a abertura de mercados, bem como não estava de acordo com as diversidades econômicas e políticas dos países, dificultando, assim, a integração.

O pouco interesse dos países com grande potencial, que davam grande importância à política de substituição de importações, tais como o Brasil, a Argentina e o México, e o crescente predomínio dos governos militares nacionalistas em toda a região dificultaram todo o processo de integração da região.

Face a ALALC não avançar no cumprimento das metas originais, em 12 de agosto de 1980 foi substituída pela Associação Latina Americana de Integração (ALADI), a qual era formada pelos mesmos 12 países da antiga ALALC e a partir de 1999 contou com a adesão de mais um membro, a República de Cuba (Tratado de Montevideú/TM80).

O objetivo da ALADI era a criação de um mercado comum latino-americano sem a estipulação de prazo, promoção e regulação do comércio recíproco entre os países membros. O mesmo visava o alcance regional e parcial através de alianças bilaterais e multilaterais, o que proporcionou uma maior aproximação entre os países. Essas eram feitas gradualmente, sem a pretensão de alcançar todo o universo tarifário, bem como sem o compromisso de generalizar a todos os sócios, ou seja, uma cooperação que levasse a ampliação dos mercados.

Sobre o tema,

Na estrutura jurídica da ALADI cabem os mais vigorosos acordos sub-regionais, plurilaterais e bilaterais de integração,

que surgem, cada vez mais, no Continente (Comunidade Andina das Nações, Grupo dos Três, MERCOSUL, etc.). Por conseguinte, cabe à Associação –como âmbito ou “guarda-chuvas” institucional e normativo da integração regional– apoiar e fomentar estes esforços a fim de que confluam progressivamente para a criação de um espaço econômico comum. (ALADI – Normas Institucionais)

Durante o período de transição da ALALC para a ALADI nos anos 70, o Brasil importava 80% do petróleo para seu consumo. Diante do aumento dos preços internacionais, derivados da crise do petróleo em 1973, o governo dando ênfase à diplomacia econômica e comercial, optou pela continuidade do processo de desenvolvimento através do programa de substituição de importações (II PND – Geisel). Esse processo foi possível devido à alta liquidez internacional, originada da reciclagem de petrodólares, que facilitava a obtenção de recursos para o financiamento do desenvolvimento dos países periféricos, e ainda acompanhado de baixas taxas de juros. Segundo Sanjaya “(...) a política, de substituição de importações deu proteção ilimitada e não seletiva a todas as atividades industriais e deixou de compensar sua falta de incentivos tecnológicos (Lall Sanjaya, pg. 46)”.

Apesar do choque de 73 a produção industrial brasileira não teve redução. Pelo contrário, foi o período do chamado “milagre econômico”, período este de expansão da atividade industrial com uma redução da dependência produtiva.

Por outro lado, a facilidade de acesso aos empréstimos externos levou a um rápido crescimento da dívida externa brasileira. No final da década de 70, uma nova crise do petróleo com um novo aumento de preços, o que resultou em uma recessão internacional e uma elevação das taxas de juros internacionais. Foi nesse contexto, ou seja, no cenário de crise econômica dos países latino americanos e de recessão internacional, que a ALALC foi substituída pela ALADI.

O Brasil com inflação alta e uma dívida pública interna e externa bastante expressiva, com dificuldade em obter crédito externo e incapacidade de canalizar investimentos privados, teve como consequência a redução de suas atividades econômicas, não restando outra alternativa senão recorrer ao FMI para uma política de ajuste econômico. Com a impossibilidade de manter os serviços da dívida, o governo adotou uma política de incentivo às exportações e outra recessiva de contração das importações, dirigida para a demanda internacional e não para a

demanda interna, ou seja, uma retração da demanda interna a favor das exportações.

As dificuldades econômicas atingiram também os anos 80, acompanhadas da transição do governo militar, sob o comando de Figueiredo, para um democrático com Sarney, momento em que o Estado encontrava-se fragilizado e o setor privado com níveis de produção baixos. Apesar da redução das atividades econômicas, o Brasil tinha uma base industrial diversificada, devido à política de substituição de importações, conseguindo assim manter a sua capacidade exportadora.

Os entraves econômicos eram sentidos em toda a América Latina, devido à mudança do regime militar para o democrático, causando nos demais países os mesmos problemas econômicos de geração de saldos para o pagamento da dívida encontrados no Brasil. Com isso, foram geradas dificuldades de comércio entre os países latino-americanos e com o agravante de um cenário internacional protecionista.

Segundo KUNZLER:

(...) o deterioramento existente no comércio entre os países da América Latina não tem como causa única a crise da dívida externa dos anos 80. As principais origens desse fenômeno se encontram nas políticas comerciais e contradições internas dos programas de governo executados na região em especial Brasil e Argentina e México. (KUNZLER, Carlos Maine)

Diante desse impasse, só restava ao Brasil buscar alianças com seus vizinhos, começando com a Argentina. Essa aproximação é o antecedente mais próximo do MERCOSUL. Iniciando-se, assim, um forte processo político estratégico que visava o restabelecimento da democracia em ambos os países.

1.2 PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

O Mercosul surgiu a partir do processo de aproximação econômica entre o Brasil e a Argentina na década de 80.

Apesar da proximidade das fronteiras entre Brasil e Argentina, e diante de economias complementares que seriam fatores favoráveis para o comércio entre os

dois países, notava-se presente a falta de um maior entrosamento e uma desconfiança mútua entre os países. No entanto, o Brasil sempre se preocupou e se esforçou para uma integração dos países, participando de Tratados e Organizações a nível nacional e internacional.

As políticas externas e internas adotadas pelos governos militares, em ambos os países, eram diferentes. Somado a isso, o melhor desempenho econômico brasileiro em relação ao argentino também contribuía para a rivalidade entre os dois países.

No período militar, a aliança entre Brasil e Paraguai para a construção da Hidrelétrica de Itaipu, sem a consulta prévia à Argentina, resultou em um conflito entre esses dois países. Pela ótica Argentina, a construção de Itaipu alteraria o volume de água do rio Paraná prejudicando assim a usina de Corpus Argentina. Já para o Brasil, a construção dessa hidrelétrica era um fator de muita importância para o fornecimento de energia para a sua economia. A resolução desse conflito significaria uma aproximação entre os dois países.

Em 19 de outubro de 1979, foi assinado pelo Brasil, Argentina e Paraguai, o Acordo Tripartite Itaipu Corpus, que solucionava as tensões geradas entre Brasil e Argentina em torno da região Platina. Esse acordo foi um projeto de ação conjunta entre esses países para o aproveitamento hidrelétrico de Itaipu e Corpus que solucionava a disputa da utilização dos recursos energéticos da bacia do Rio Paraná com a harmonização das barragens.

Apesar de períodos de relações conflitantes entre Brasil e Argentina, o processo de integração começou a acelerar com o fim do regime militar e o retorno da democracia, tendo como contribuição ainda, os efeitos da dívida externa que dificultaram o comércio com as grandes potências mundiais. As economias de ambos os países sob condições de ajustes recessivos levaram a uma vontade conjunta de aproximação, aumentando o intercâmbio de bens para buscar um modelo de desenvolvimento. Sem contar com a possibilidade de aumentar a competitividade das empresas internas, que tinham passado por um isolamento e desatualização tecnológica devido à dificuldade de adquirir bens de capital importados e insumos.

A primeira importante aproximação entre Brasil e Argentina foi à assinatura da Declaração de Iguazu em 30 de novembro de 1985, momento em que os países demonstraram o interesse de impulsionar o processo de integração bilateral. A partir

dessa declaração (assinada pelos presidentes da Argentina, Raúl Alfonsín e do Brasil, José Sarney) e diante da vontade de cooperação entre os dois países, importantes acordos bilaterais de empresas binacionais Brasileiras – Argentina foram feitos. Presente, ainda, uma importante atuação dos setores empresariais e órgãos estatais, cuja característica era as discussões entre os setores de importante grau de complementaridade entre os dois países (automotivo, petroquímico, siderúrgico, etc.).

Em 1986, a assinatura da Ata para Integração Brasil-Argentina criou o Programa de Integração e Cooperação Econômica – PICE no âmbito da ALADI. Seu objetivo era formar um mercado comum, com uma abertura gradual dos mercados, com os prazos estabelecidos, para que os países se organizassem no devido tempo para uma integração setorial (bens de capital, automotivo, alimentos e outros) e a modernização industrial. Ou seja, com o aumento das preferências bilaterais objetivando, desta forma, aumentar o comércio, a integração e complementariedade setorial baseado nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio.

Através do Programa foram firmados 24 protocolos para a liberação comercial e cooperação em áreas específicas. Após o acordo, o comércio entre os dois países ganhou força e teve características de exportação de produtos primários do lado argentino e produtos manufaturados do lado brasileiro.

Em 1988 foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Argentina e Brasil. Um acordo com o objetivo de constituir um espaço econômico comum entre os dois países em até dez anos, além da eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias e de criação de tarifa externa comum entre Brasil e Argentina.

Com a eleição e a posse do presidente brasileiro Fernando Collor de Mello em março de 1990, o país passou por mudanças econômicas que visavam principalmente promover mais competitividade aos produtos brasileiros no mercado internacional, através da modernização de seu parque industrial e uma estratégia de abertura da economia, já iniciada no final do governo de José Sarney. A Argentina, com o presidente Menem, também passava por esse processo de abandono das estratégias de desenvolvimento do passado, reduzindo a presença do Estado na vida econômico-social e buscando inserção internacional para seus produtos. Os mesmos interesses resultaram na Ata de Buenos Aires (na qual é decidida a antecipação para a entrada em vigor do mercado comum bilateral para 31 de

dezembro de 1994), assinada em 06 julho de 1990, pelos presidentes do Brasil e Argentina (Collor e Menem) estabelecendo as bases para a formação do Mercosul.

Com a redução do prazo para a consolidação do mercado comum e estabelecimento de mecanismo de redução de tarifas automáticas, os prazos estabelecidos para a criação de uma união aduaneira, zona de livre comércio e mercado comum, foram de encontro com aqueles princípios de gradualização, flexibilidade e equilíbrio do Programa de Integração e Cooperação Econômica – PICE. A partir de então, o comércio começa a dar sinais de concentração do crescimento nos setores automotivos, bens de capital, trigo e alimentos (CASTILHO, M.Guedes, M. pg. 5).

Em dezembro de 1990, no mesmo ano da assinatura da Ata de Buenos Aires, foi assinado o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica nº. 14 – ACE-14, com a incorporação de todos os acordos anteriores, também no âmbito da ALADI. Seu objetivo era o de acelerar a conclusão de um mercado comum entre o Brasil e a Argentina, antecipando para dezembro de 1994 o estabelecimento do mercado comum bilateral (livre circulação de bens, serviços, capitais).

O Acordo dava início à redução progressiva para o conjunto tarifário, que previa eliminação de tarifas aduaneiras, coordenação de políticas macroeconômicas e a redução de 20% do número de produtos incluídos na lista de exceção de cada país, até chegar à zero em 1994. Desta forma, eliminaram-se todas as restrições ao comércio entre Brasil e Argentina, com a formação definitiva de um mercado comum entre os dois países, uma concentração do crescimento nos setores automotivos, bens de capital, trigo e alimentos. A Ata de Buenos Aires estabeleceu prazos para a criação de livre comércio.

(...) esse acordo foi um instrumento operativo do Tratado de Integração e Cooperação Desenvolvimento de 1988 e com o objetivo principal (Artigo 1º) de facilitar a criação de condições necessárias para o estabelecimento de um mercado comum entre os dois países, através da definição de um Programa de liberação comercial.

CAMPBELL afirma que,

No início da década de 90, o cenário político e econômico internacional mostravam alguns sinais de mudança com ênfase nas relações inter e intrablocos. As relações econômicas internacionais

adquiriram crescente importância nas políticas públicas dos países, buscando a melhora e o posicionamento das economias nacionais nas correntes de investimento globais. Essa competição entre diversos atores internacionais foi fator de motivação para a criação de blocos econômicos. (CAMPBELL, pg. 103)

A constante busca pela integração Brasil-Argentina levou a assinatura, em 26 de março de 1991, do Tratado de Assunção com a integração do Paraguai e do Uruguai, para a constituição de um mercado comum, que foi o fechamento de um processo resultante da adesão do Paraguai e do Uruguai em agosto de 1990.

Segundo Peña,

a diferença entre o Tratado de Assunção e o Tratado bilateral entre o Brasil e Argentina de 88, é que o de Assunção, no seu artigo 1º, define melhor o mercado comum. Um mercado com livre circulação de bens e serviços e fatores produtivos entre os países, com a eliminação dos direitos alfandegários, restrições não tarifárias e circulação de mercadorias e de qualquer medida de efeito equivalente.

1.3 TRATADO DE ASSUNÇÃO

A liberdade econômica vem acompanhada de um regime democrático com participação de toda a sociedade. O regime democrático e a liberação econômica tiveram uma importante contribuição para a formação do MERCOSUL, tendo em vista que seria quase impossível a existência do Mercosul com a permanência do regime militar na região.

A década de 90 foi caracterizada por mudanças no cenário político e econômico, por crescimentos dos acordos regionais de comércio a nível mundial e de crescentes relações econômicas internacionais. Na primeira metade da década de 90, a oferta de capitais (mundial), facilitou o crescimento das economias periféricas e o desenvolvimento do comércio mundial (BARBOSA, pg.51).

Macedo afirma que,

os principais antecedentes da iniciativa MERCOSUL são os seguintes: a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC, o Acordo Tripartite Corpus Itaipu, a transformação da ALALC em Associação Latino-Americana de Integração, o Programa para a Integração e Cooperação Econômica Argentino-Brasileiro (PICE ou PICAB), o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento e o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica Nº. 14 (ACE14).

A intensificação do comércio resultante das relações de cooperação entre Brasil e Argentina tinha a finalidade de uma especialização intra-industrial para a produção em escala. Assim, reduziria os custos de produção para a formação de uma base exportadora. A mudança no contexto internacional, marcado pela influência do Consenso de Washington, juntamente com a formação de grandes espaços econômicos e a necessidade de haver uma inserção internacional para os dois países, resultou no Tratado de Assunção, cuja assinatura foi em 26 de março de 1991, na cidade de Assunção, pelos presidentes do Brasil e da Argentina, com a participação primeiramente do Uruguai e depois do Paraguai, para a constituição do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

O Tratado, baseado na Ata de Buenos Aires, previa a redução tarifária de todos os produtos e estabelecia definitivamente um mercado comum entre os quatro países, com liberação do comércio intra-regional e a adoção de uma tarifa externa comum (TEC) a partir de para 31 de dezembro de 1994.

O período de transição para a implementação do Tratado de Assunção foi de março de 1991 até dezembro de 1994. Esse período foi caracterizado pelo desenvolvimento do programa de desgravação tarifária e a negociação de política comercial comum, bem como foi importante para a absorção da idéia do MERCOSUL pelos setores empresariais e pela sociedade civil em geral. (Abreu, Florêncio, Araújo, pg. 41).

O volume de comércio intra-mercosul obteve o resultado de 11,1% em 1991, e aumentando para 19,2% em 1994, período de transição do Mercosul, e o comércio extra-mercosul de 88,9% em 1991 para uma redução de 80,8% em 1994, significando um comércio intra-mercosul mais dinâmico. Veja a Tabela N°1.

TABELA N° 1 – EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL

Anos	Intra-mercosul US\$ Milhões	Extra-mercosul US\$ milhões	Intra/extra %	Intra/total %	Extra /total %
1988	3.009	41.827	7,2	6,7	93,3
1989	3.712	42.881	8,7	8,0	92,0
1990	4.127	42.291	9,8	8,9	91,1
1991	5.103	40.830	12,5	11,1	88,9
1992	7.215	43.232	16,7	14,3	85,7
1993	10.039	44.217	22,7	18,5	81,5
1994	11.941	50.092	23,8	19,2	80,8

FONTE: Garriga e Sanguinetti, 1995. Nota: * Dados definitivos da ALADI. Em IPEA - Yves Chaloult* Guillermo Hillcoat**- 1996

No final do período de transição o comércio bilateral entre o Brasil e a Argentina representava 2/3 das trocas intra-mercosul. O saldo da Balança Comercial brasileira passa a ser positivo, e a Argentina a ter um comércio em franco crescimento com o impulso de suas exportações no MERCOSUL. Para o Uruguai e o Paraguai também houve um aumento significativo nas suas exportações e importações.

Com a assinatura do Tratado o processo de integração teve como principais objetivos a modernização econômica e a inserção competitiva dos países membros no comércio internacional, "(...) diferentemente da ALALC e ALADI que tinham caráter protecionista em relação a terceiros países" (Revista do BNDES, pg. 171).

Vários protocolos vieram após o Tratado de Assunção e entre eles os Protocolos de Brasília, para a solução de controvérsias do MERCOSUL (17 de dezembro de 1991) e a celebração do Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL (Protocolo de Ouro Preto).

No início o MERCOSUL não tinha uma personalidade jurídica, e como a intenção dos países membros era de uma verdadeira união, começaram a partir do Tratado de Assunção, que tinha um enfoque econômico, a iniciar a sua estrutura

institucional. Somente em dezembro de 1994, o MERCOSUL foi dotado de personalidade jurídica através do Protocolo de Ouro Preto.

De acordo com o artigo 34º do Tratado de Assunção, “o MERCOSUL passa a ter uma personalidade jurídica de direito internacional, dando-lhe o direito de negociar, em nome próprio, acordos com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais e com isso os objetivos tornam-se mais amplos do que somente a formação de um mercado comum”.

Retira-se da página oficial do MERCOSUL que a estrutura firmada no Protocolo de Ouro Preto deu ao bloco a sua configuração atual, e definiu as características institucionais básicas do bloco da seguinte forma:

- a) órgãos decisórios de caráter intergovernamental;
- b) sistema consensual de tomada de decisões;
- c) sistema arbitral de solução de controvérsias.

1.4 ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL

As negociações anteriores entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai levam a assinatura do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991. As relações econômico-comerciais entre os quatro países membros formarão um mercado comum com uma coordenação das relações econômico-comerciais, a eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias até dezembro de 1994 (TEC - tarifa externa comum entra em vigor) com a formação de uma união aduaneira.

O Tratado de Assunção, em seu artigo 34º (vide anexo), passa a dar aos quatro países membros do MERCOSUL personalidade jurídica de direito internacional do bloco. A partir do Protocolo, têm o direito poder negociar em nome próprio acordos com terceiros países, grupos de países ou organismos internacionais, possibilitando, assim, a prática de todos os atos para a realização de seus objetivos (matéria jurídica a partir do Protocolo de Ouro Preto).

A partir desse momento, o projeto de integração passa a ter objetivos mais amplos do que apenas a formação de uma zona de livre comércio.

(...) a “diplomacia presidencial” poderia suprir o “déficit institucional” do MERCOSUL e que a ausência de regras muito rígidas facilitaria a solução dos

problemas que fossem aparecendo, era compatível com o estágio inicialmente embrionário do MERCOSUL". (Revista Brasileira de Comércio Exterior)

Retira-se do site oficial do MERCOSUL que a partir do Protocolo de Ouro Preto, firmado em 17 de dezembro de 1994 e vigente desde 15 de dezembro de 1995, o MERCOSUL (artigo 1^a) tem a estrutura institucional básica composta pelos seguintes órgãos:

- Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão supremo cuja função é a condução política do processo de integração. O CMC é formado pelos Ministros de Relações Exteriores e de Economia dos Estados Parte, que se pronunciam através de Decisões. Grupo Mercado Comum (GMC), órgão decisório executivo, responsável de fixar os programas de trabalho, e de negociar acordos com terceiros em nome do MERCOSUL, por delegação expressa do CMC. O GMC se pronuncia por Resoluções, e está integrado por representantes dos Ministérios de Relações Exteriores e de Economia, e dos Bancos Centrais dos Estados Parte.

- Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), um órgão decisório técnico, é o responsável por apoiar o GMC no que diz respeito à política comercial do bloco. Pronuncia-se por Diretivas. Verificar sua correta aplicação, propor ajustes, examinar pleitos nacionais relacionados a casos comerciais específicos.

Além disso, o MERCOSUL conta com outros órgãos consultivos, a saber:

- Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), órgão de representação parlamentar, integrada por até 64 parlamentares, 16 de cada Estado Parte. A CPC tem um caráter consultivo, deliberativo, e de formulação de Declarações, Disposições e Recomendações. Atualmente, está estudando a possibilidade da futura instalação de um Parlamento do MERCOSUL.

- Foro Consultivo Econômico Social (FCES) é um órgão consultivo que representa os setores da economia e da sociedade, que se manifesta por Recomendações ao GMC. Congrega representantes dos setores empresariais, sindicatos e entidades da sociedade civil para discussão de temas vinculados ao MERCOSUL e formulação de propostas específicas.

Ainda, através da Dec. N^o. 11/03 constituiu-se recentemente a Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), que é um órgão permanente do CMC, integrado por representantes de cada Estado Parte e presidido por uma personalidade política destacada de um dos países membros, tendo como função principal apresentar iniciativas ao CMC sobre temas relativos ao processo de integração, as negociações externas e a conformação do Mercado Comum. E para dar apoio técnico a essa Estrutura Institucional, o MERCOSUL conta com a Secretaria do

MERCOSUL (SM), que tem caráter permanente e está sediado em Montevideu, Uruguai.

Atualmente, a Secretaria está dividida em três setores, de acordo com a Resolução GMC Nº. 01/03 do Grupo Mercado Comum.

O MERCOSUL conta também com estâncias orgânicas não decisórias como A Comissão Sociolaboral (CSL), o Fórum de Consulta e Concertação Política (FCCP), os Grupos de Alto Nível os Subgrupos de Trabalhos Comitês Técnicos do GMC, os Comitês Técnicos (CT) dependentes do CCM, o Observatório do Mercado de Trabalho (OMT) dependente do SGT10, e o Fórum da Mulher em âmbito do FCES.

Finalmente, o MERCOSUL funciona habitualmente mediante Reuniões de Ministros (RM), Reuniões Especializadas (RE), conferências, e Reuniões ad-hoc.

No MERCOSUL as instituições são intergovernamentais, porque tomam suas decisões por consenso dos quatro países membros. A decisão do órgão é uma decisão dos governos que são nele representados. Todos os países têm que estar de acordo, ou seja, o governo de um país com o governo dos outros três países. Essas decisões tomadas por consenso buscam equilíbrio entre as particularidades individuais.

1.5 OBJETIVOS DO MERCOSUL

A criação do MERCOSUL tem como objetivo central a concretização de uma completa zona de livre comércio e uma união aduaneira com normas e tarifas comuns. Basicamente, é a capacidade de a região competir em escala mundial e com isso elevar a produtividade e a possibilidade de ter acesso a novas tecnologias, privilegiando o papel dos setores privados da economia e não somente para o favorecimento do crescimento do comércio intra-latinoamericano, mas sim alcançar uma melhor inserção mundial no novo modelo econômico global.

Visa ainda desenvolver e acrescentar o comércio intra-regional, diminuindo os efeitos assimétricos entre seus membros e sócios, dando a possibilidade de integração, em médio prazo, a outros países da América Latina.

(...) a participação do comércio internacional permite que um país concretize suas vantagens comparativas e tire proveito das economias de escala em atividades

intensivas em capital. Enfrentar a competição mundial constitui um estímulo efetivo para o desenvolvimento de aptidões tecnológicas e o estreito contato com mercados de exportação é uma fonte excelente de informação tecnológica. (Lall, Sanjaya pg 40)

CAPÍTULO II

2 ECONOMIA DO MERCOSUL

2.1 DADOS SOCIOECONÔMICOS DO MERCOSUL

O MERCOSUL, na assinatura do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991, tinha uma formação composta por quatro países, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Hoje o MERCOSUL além de seus quatro antigos membros tem a Venezuela como o mais novo membro. Sua adesão foi protocolada em quatro de julho de 2006, mas o Congresso brasileiro ainda não ratificou a aceitação da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL. As línguas oficiais do MERCOSUL são o espanhol, o português e o guarani. Os documentos oficiais de trabalho têm a do idioma do país sede de cada reunião.

O MERCOSUL tem a Bolívia, o Chile, a Colômbia, o Equador e o Peru, como Estados associados. Cada um desses Estados tem acordos bilaterais – acordos de complementação econômica individuais com o bloco, com a finalidade da criação de uma área de livre comércio. Além disso, a vantagem do intercâmbio entre os países vem acompanhada de uma redução de tarifas. Por outro lado, não participam de qualquer decisão dos países membros e não têm direito a voto. O México é um Estado observador. A presidência do MERCOSUL, pro tempore é o presidente paraguaio, Nicanor Duarte. A cidade sede da secretaria do MERCOSUL e o recém constituído Parlamento (9 dezembro 2005), Presidente o senador paraguaio Alfonso González Núñez, instalado em 7 de maio de 2007, estão localizados na cidade de Montevideu (Uruguai). A Câmara Legislativa é integrada por 18 deputados de cada país membro.

Não incluindo a Venezuela, a população do MERCOSUL é de 238.941 milhões de habitantes em uma área de 12.527.936 Km² com uma taxa de crescimento demográfico de 1,3% aa. e de alfabetização de 90,5%. O percentual de população dos países nos mostra que cerca de 80% dos habitantes se localizam em território brasileiro. Seu PIB corrente é US\$ 1.316.630 milhões, o per capita

(preços de mercado) de US\$ 5.510 e o per capita a PPC de US\$ 9.693. Dados na Tabela Nº 2.

TABELA Nº. 2 – PIB DO MERCOSUL – 2006 – EXCETO VENEZUELA

País	PIB corrente US\$ milhões	PIB (PPC) e PIB corrente per capita – US\$		População	IDH
Brasil	1.067.706	9.108 5.616		190.127.000	0, 796
Argentina	212.702	13.093 5.458		38.971.000	0, 863
Uruguai	19.221	11.646 5.526		3.478.000	0, 851
Paraguai	17.001	5.277 2.671		6.365.000	0, 757
TOTAL MERCOSUL	1.316.630	9.693 5.510		238.941.000	0, 816
Colômbia	135.075	8.091 2.888		46.772.000	0, 790
Venezuela	181.608	7.166 6.718		27.031.000	0, 784
Chile	145.205	12.983 8.835		16.436.000	0, 859
Peru	93.268	6.715 3.290		28.349.000	0, 767
Equador	40.447	3.855 3.017		13.408.000	0, 765
Bolívia	10.828	2.904 1.125		9.627.000	0, 692

FONTE: ALADI: Elaboração própria

Com a entrada da Venezuela, o bloco passou a ter um território, considerando um só país, de dimensões continentais, 13.444.381 k, a 2ª maior área mundial, com 265.972.000 habitantes e um PIB (PPC) aproximado de mais de US\$ 2.346.488 milhões, um PIB per capita (PPC) de US\$ 9.436 e um IDH de 0, 809. (Tabela nº 3).

TABELA Nº. 3 – ESTADOS MEMBROS (INCLUINDO VENEZUELA) E ASSOCIADOS DO MERCOSUL - 2006

País	<u>PIB (PPC) em milhões</u>	<u>PIB (PPC) per capita</u>	<u>População</u>	<u>IDH</u>
BRASIL	1.731.676	9.108	190.127.000	0,79
Argentina	510.266	13.093	38.971.000	0,86
Venezuela	193.704	7.166	27.031.000	0,78
Uruguai	40.505	11.646	3.478.000	0,85
Paraguai	33.588	5.277	6.365.000	0,75
Total Mercosul	2.509.739	9.436	265.972.000	0,81
Colômbia	378.432	8.091	46.772.000	0,79
Chile	213.388	12.983	16.436.000	0,86
Peru	190.363	6.715	28.349.000	0,77
Equador	51.681	3.855	13.408.000	0,76
Bolívia	27.957	2.904	9.627.000	0,69
Total Mercosul ²	3.371.560	8.860	380.564.000	0,79

FONTE: ALADI: Elaboração própria

O MERCOSUL é uma união aduaneira, na qual a quase totalidade dos produtos já é comercializada com tarifa zero entre as Estados Partes.

Pelos dados da SECEX, o MERCOSUL apresenta um valor total de suas exportações globais de US\$ 189.751 milhões FOB (2006) e de US\$ 140.736 milhões CIF nas importações com um saldo positivo de US\$ 49.015 milhões.

As exportações intra-regionais/global do bloco estão em 28% e as importações em 26%.

Entre 1991 e 2000 as exportações brasileiras para a Argentina passaram de US\$1.476 milhões para US\$ 6.233 milhões com crescimento de 322%. Por outro lado, as importações brasileiras da Argentina passaram de US\$ 1.609 milhões para US\$ 6.842 milhões, ou seja, um crescimento de 325%. No período de 2001 a 2006, as exportações brasileiras para a Argentina cresceram 134% e as importações

criaram 30%. Em resumo, o saldo comercial entre esses dois países, analisando o período de 1991 a 2006, se apresenta bastante equilibrado, tendo, no entanto no final um pequeno saldo comercial de US\$ 1,3 bilhão a favor do Brasil ou, 1,5% das exportações brasileiras somadas nesses 15 anos.

Com a entrada no MERCOSUL, o comércio inter-regional alcançou um grande dinamismo. Além disso, a própria abertura comercial brasileira, as privatizações e a relativa estabilidade econômica devido ao real foram benéficas nesse processo. Entretanto as desvalorizações da moeda deram gás às importações do Brasil. Em 1997 os problemas dos mercados cambiais e a crise da Ásia atingiram o Brasil e ocasionaram a desvalorização do real em 1999. O problema cambial também levou a Argentina a uma grave crise econômica que atingiu as relações comerciais com o Brasil. A queda das relações comerciais dentro do bloco, e o clima de instabilidade econômica reduziram os investimentos estrangeiros. Na tabela abaixo Nº. 4 podemos visualizar a queda das relações comerciais dentro do bloco.

TABELA Nº. 4 – COMÉRCIO ENTRE OS PAÍSES DO MERCOSUL

O COMÉRCIO ENTRE OS PAÍSES DO MERCOSUL - EM US\$ BILHÕES	
1997	18,6
1998	18,3
1999	13,5
2000	15,5
2001	13,4
2002	8,9

FONTE: MDIC - ABRACEX

No período de 1999 a 2001, houve um estímulo as exportações para enfrentar os problemas econômicos derivados da crise. O Paraguai e o Uruguai foram muito atingidos pela dependência de suas economias a dos dois maiores países membros. A crise econômica significou para esses dois países problemas econômicos ainda maiores.

A entrada para o MERCOSUL representou para o Paraguai e o Uruguai, a abertura de um mercado gigantesco para as suas economias. As exportações uruguaias aumentaram assim como o Produto Interno Bruto que chegou a crescer a uma taxa de 8% ao ano. O Paraguai por sua vez não ficou para trás e o crescimento do PIB chegou a 5% ao ano.

Em 2003, com a melhora do ambiente econômico há um crescimento dos dois maiores países do MERCOSUL, dando uma reviravolta nas relações comerciais entre os membros do bloco. Mas o aumento das relações comerciais entre os países membros não significou alcançar um desenvolvimento econômico. O excesso de flexibilidade, para resolver diferenças, falta de empenho para uma maior integração do bloco e para estratégias de desenvolvimento dos quatro países são motivos até hoje de constantes desavenças. O Brasil e a Argentina adotam estratégias independentes e divergentes, não possuem instrumentos para lidar com as diferenças de tamanho das economias e para integrar as estruturas produtivas tão distintas dos quatro países e com isso alcançarem uma inserção maior no mercado externo com competitividade..

Em 2006, o intercâmbio comercial do Brasil dentro do MERCOSUL aumentou significativamente obtendo superávit com todos os membros do bloco. O Brasil apresentou uma taxa média anual de crescimento da economia de 2,8% e a Argentina de 8%. Os resultados argentinos favoreceram o saldo comercial a favor do Brasil. A corrente de comércio com o Uruguai aumentou em 21% em relação a 2005 e o fluxo comercial com a Argentina aumentou 22,4%. O Paraguai sempre se sentiu prejudicado no relacionamento comercial com o Brasil apesar do comércio bilateral entre os dois países (2006) aumentar em 19%. Por outro lado, o saldo positivo para o Brasil em relação ao Paraguai foi de 46%.

As exportações e as importações do MERCOSUL têm aumentado assim como as intra-regionais. A tabela nº5 mostra a evolução das exportações e importações do Mercosul com o mundo e a 6 a relação comercial Brasil e Mercosul.

TABELA Nº. 5 – RELAÇÃO COMERCIAL MERCOSULX MUNDO

Relação Comercial MERCOSUL X MUNDO - US\$ MILHÕES					
MERCOSUL	2006	Var. %	2005	Var. %	2004
Exportações	189.751	16,2	163.361	20,5	135.609
Importações	140.736	23,6	113.840	20,0	94.882
Saldo	49.015	(1,0)	49.521	21,6	40.727
Corrente de Comércio	330.487	19,2	277.201	20,3	230.491

FONTE: ALICEWEB

TABELA Nº 6 – RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL - MERCOSUL

Intercâmbio Comercial Brasil - MERCOSUL US\$ MILHÕES				
		2004	2005	2006
Argentina	EXP	7.373	9.915	11.714
	IMP	5.570	6.241	8.057
Paraguai	EXP	872	961	1.231
	IMP	298	319	296
Uruguai	EXP	667	850	1.006
	IMP	523	494	618

FONTE: ALICEWEB

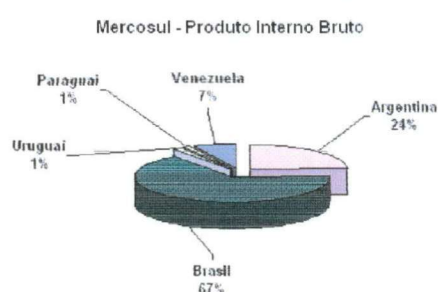
Apesar dos avanços na integração, a falta de uma infra-estrutura adequada, setores produtivos e indústrias ainda em desenvolvimento impedem a ampliação do comércio internacional assim como o regional. Ainda não há uma harmonização das condições políticas sócio-econômicas entre os países. Os diferentes níveis de desenvolvimento são motivo de constantes conflitos entre os membros do bloco. A Argentina faz críticas ao Brasil e esse, continua a ver com muita desconfiança certas iniciativas argentinas. Para que diminuam as grandes assimetrias de seus mercados, o Uruguai e o Paraguai exigem negociações para adquirirem concessões econômicas.

Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (relatório de 30 de novembro 2006), as exportações latino-americanas cresceram 21% em 2006. Os fatores que ocasionaram o aumento foram o robusto crescimento econômico dos Estados Unidos, a demanda de matérias-primas da Ásia (China e Índia). Ainda

segundo o BID, a entrada em vigência de acordos entre Chile e EUA¹ e entre MERCOSUL e a Comunidade Andina².

Na figura 1 podemos visualizar dados da distribuição do produto interno bruto no Mercosul e na figura 2 os valores percentuais de exportações brasileiras para os membros do bloco.

FIGURA Nº. 1 – PRODUTO INTERNO BRUTO MERCOSUL/2006



FONTE: CIA

FIGURA Nº. 2 – EXPORTAÇÃO BRASIL-MERCOSUL/2006



FONTE: ALICEWEB

¹ Os Estados Unidos e o Chile iniciaram negociações bilaterais. O acordo ALC USA - Chile é o primeiro acordo entre os Estados Unidos e um país da América do Sul.

² Acordo de Complementação Econômica No. 56 celebrado entre a Comunidade Andina e o Mercado Comum do Sul. Objetivo. Artigo 1

2.2 HETEROGENEIDADES DOS PAÍSES

Como o foco do trabalho é o desempenho do Brasil a partir da constituição do MERCOSUL, a ênfase das comparações econômicas e sociais foi feita em relação a esse país.

O processo de integração do MERCOSUL foi baseado em relações e alianças comerciais entre os membros do bloco, maximizando o intercâmbio, para um maior desenvolvimento de suas economias. A necessidade de implantação de livre-comércio e união aduaneira, que resultasse em um mercado comum. Mas para essa realização seriam necessárias mudanças no sistema produtivo para alcançar produtividade e competitividade.

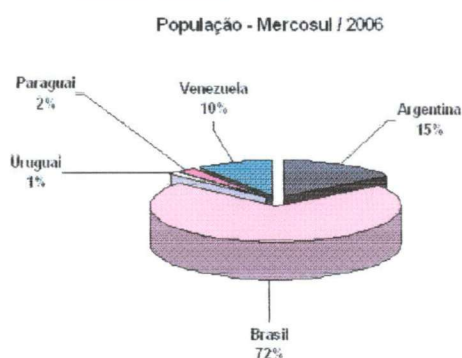
Com a Ata de Buenos Aires, o MERCOSUL passa a ter uma orientação comercialista. O comércio bilateral vai depender de quanto cada país pode importar, ou seja, a sua capacidade importadora. Se houver falta de investimentos em um dos países diminuirá sua capacidade de exportação. Mas o MERCOSUL não tem um projeto de industrialização conjunto que possa diminuir as assimetrias ou a característica de heterogeneidade entre seus parceiros, gerando conflitos entre os países do bloco. Há dificuldades para alcançar o desenvolvimento, o acesso tecnológico, ou melhor, o acompanhamento de novas tecnologias mundiais aumentando a produtividade, a competitividade para competirem no mercado interno e externo.

Há diferenças na capacidade econômica entre os membros, na produtividade, nas desigualdades como o acesso a educação, a saúde, ao bem-estar, aos serviços públicos, a renda, ou seja, sociais e econômicas. Além dessas assimetrias, as de interesse próprio de cada país que levam a um desequilíbrio entre os países. O Paraguai e o Uruguai têm interesses no aumento do mercado com a formação do MERCOSUL. A expansão do mercado permite aos dois países, tentar diversificar as suas ofertas para o mercado externo e com isso elevar a produção para obter competitividade. Para o Brasil e a Argentina, é o aumento da sua relação de exportação/PIB. Nas figuras Nº. 3 e 4, os dados podem ser visualizados.

As características sócio-econômicas dos países do MERCOSUL diferem principalmente no potencial econômico e nível de renda. O Brasil vem à frente de

todos os países membros em termos de população e área e, é considerado o país com o maior potencial econômico do bloco. Baseado nisso, se o compararmos com o Paraguai e o Uruguai a distância é infinitamente maior do que em relação a Argentina. A população brasileira está em torno de 190 milhões de habitantes com um crescimento demográfico de 1,3% aa em uma área de 8.521.000 Km². A sua população é 5 vezes maior que a Argentina e uma média de 56 vezes superior em relação ao Paraguai e o Uruguai. De acordo com a Revista Brasileira de Comércio Exterior, o Brasil tem quase 80% da população do MERCOSUL, 70% da área geográfica e aproximadamente 2/3 do PIB da região. Na figura N° 3 a população do Mercosul.

FIGURA N°3 – POPULAÇÃO MERCOSUL/2006



FONTE: SECEX

A integração Européia foi feita através de um sistema de transferência de benefícios dos países mais ricos para os mais pobres do bloco, diminuindo assim a heterogeneidade entre eles. No caso Mercosul, apesar do Brasil ter o maior PIB e uma força econômica, possui uma renda per capita menor que a média de seus parceiros do bloco. Então, não há um sistema de transferência e não há divisões de forças entre os países do bloco.

O crescimento das vendas no setor automobilístico brasileiro para o seu principal parceiro causou as primeiras controvérsias bilaterais levando a Argentina a buscar medidas de proteção para esse setor. Recentemente outro conflito entre países membros, Uruguai e Argentina, com a implantação de fábricas de pasta de celulose no Uruguai que ficam próximas ao território argentino. A alegação argentina

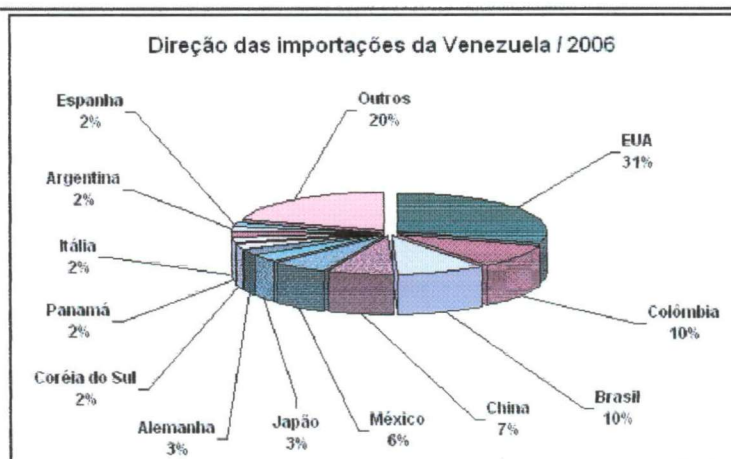
é que essas fábricas provocariam impactos ao meio ambiente prejudicando a qualidade das águas do rio Uruguai que faz divisa entre os dois países.

Por outro lado, o Uruguai ameaçou um rompimento com o MERCOSUL porque se sente prejudicado com as desvantagens comerciais que o país acumula quando se relaciona com a Argentina e o Brasil. Também reivindica concessões econômicas para compensar as assimetrias de mercado que vem sofrendo.

Para amenizar esses desentendimentos, o Brasil acena a intenção de discutir um programa de cooperação econômica favorável capaz de incrementar as importações não só do Uruguai como do Paraguai para diminuir as assimetrias dos dois países no MERCOSUL.

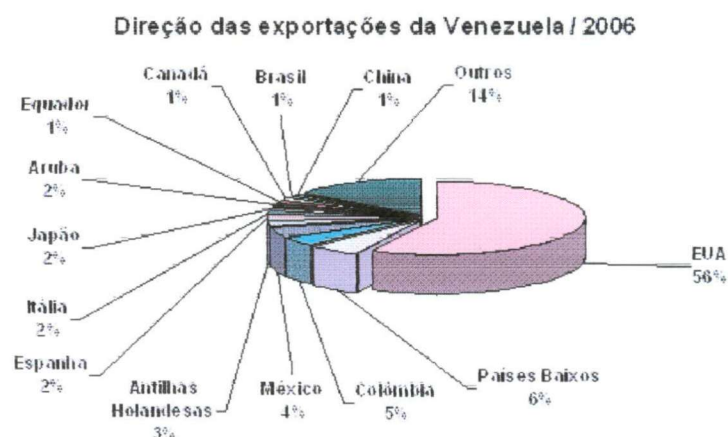
As discussões com a entrada da Venezuela no MERCOSUL devido às posições nacionalistas de Hugo Chávez que poderiam prejudicar negociações comerciais com outros países também estão na pauta. Para o MERCOSUL, esse novo membro tem um peso significativo por ser um grande produtor de petróleo, importantes reserva de gás, além de indústria de ferro, aço, alumínio, tecidos, dinheiro do petróleo acumulado e uma taxa de crescimento de produção de aproximadamente 7,2% (2006). Apesar de a produção ter crescido menos em relação a 2005, a previsão para 2007, segundo Cia World Factbook, é de uma taxa de 7%. As exportações da Venezuela são de US\$ 60.769 milhões e as importações de US\$ 29.553 milhões (2006). Na FIGURA Nº. 4, Nº5, podemos visualizar o comportamento do comércio entre Brasil e Venezuela.

FIGURA Nº. 4 – DIREÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DA VENEZUELA/2006



FONTE: Instituto Nacional de Estatística – Venezuela

FIGURA N º 5 – DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA VENEZUELA/2006



FONTE: Instituto Nacional de Estatística - Venezuela

2.2.1 ECONOMIA DA ARGENTINA

Nos últimos anos a Argentina passou por vários períodos de instabilidade econômica, contudo, em 2001 a instabilidade veio acompanhada de uma grave recessão e a economia só mostrou os primeiros sinais de recuperação em 2003.

Os argentinos se endividaram muito no início da década de 90, com a adoção do câmbio fixo, do peso e do dólar no valor de 1:1.

Uma das conseqüências foi um baixo crescimento da economia devido à queda dos fluxos de investimento. A crise asiática em 1997 seguida da desvalorização do real em 1999 agravou a situação e levou o país a uma recessão e a um enfraquecimento da economia argentina.

Segundo o PNUD, o país ocupa 34º lugar com melhor índice de desenvolvimento humano. O Uruguai é considerado um dos países com melhor nível de vida do bloco. A Argentina vem logo atrás do Brasil como a segunda economia da América do Sul e com uma população de 38.971.000 habitantes, distribuída em uma área de 2.776.889 Km².

A taxa de crescimento demográfico é de 1%, com expectativa de vida de 75,2 anos. A taxa de alfabetização está em 97,2%. Em relação ao PIB há uma diferença entre Argentina e Brasil, onde o PIB argentino é 1/ 5 do brasileiro. Por outro lado a taxa de crescimento do PIB argentino em 2006 foi de 8,5% supera em muito os 3,7% brasileiros. O PIB corrente é de US\$ 212,7bilhões (PPC-US\$510,3 bilhões) e, é 31º país no ranking mundial e como 3º na América Latina - e a renda per capita US\$ 5.458 e o PPC coloca a Argentina quase no topo da América Latina com US\$ 13.093. Nos últimos 4 anos, a variação média do PIB é de aproximadamente 9,1% ao ano. Segundo a Revista Valor econômico de 17 de agosto de 2006, a taxa de crescimento no primeiro semestre de 2006 foi de 8% (Estatísticas e Censos - Indec) e no segundo trimestre 8,4% em relação ao mesmo período de 2005. O aumento do crescimento foi devido ao impulso das exportações em torno de 10,7% da indústria automobilística e do crescimento da construção civil, que cresceu 18% no terceiro trimestre de 2006 em relação ao ano anterior. Houve um incremento nos setores produtores de bens determinado pelo crescimento da indústria de manufaturas e da construção.

Para 2007 e 2008, analistas argentinos e os dados do EMEA prevêem crescimento menor em torno de 5% a 6 % devido aos baixos investimentos em infraestrutura. A indústria concentrada na capital Buenos Aires tem como uma das principais o processamento de produtos alimentícios. O setor têxtil, produtos químicos, papel, derivados de petróleo seguem em importância.

Suas exportações são baseadas em commodities alimentícias principalmente o trigo com uma alta produtividade, além dos de origem agropecuária, material de transporte, química e petroquímica, metais, automotiva, maquinaria e equipamentos, produtos de couro e calçados. Pelos dados de 2006 as exportações Argentinas para o Mercosul representam 40% do total de suas exportações de US\$ 46.423 milhões. As importações totais são US\$ 34.160 milhões e, 43% originadas do MERCOSUL (maquinaria e equipamentos, material de transporte, química e petroquímica). Na Tabela Nº 7 consta a Relação Comercial Brasil-Argentina.

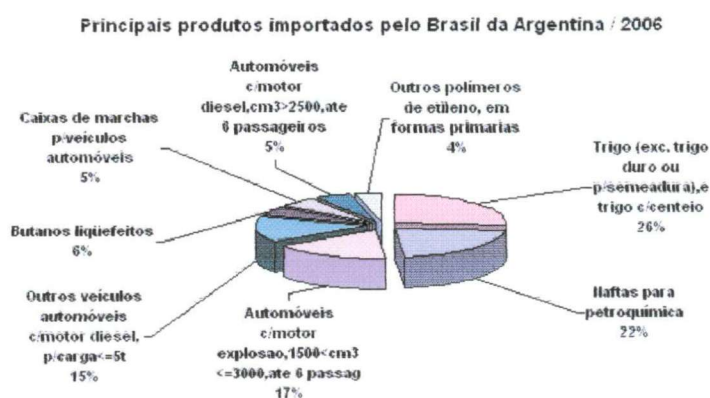
TABELA Nº. 7 – RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL- ARGENTINA

RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL X ARGENTINA - EM US\$ milhões					
	2006	Var. %	2005	Var. %	2004
Exportações	11.714	18,1	9.915	34,4	7.373
Importações	8.054	29,0	6.241	12,0	5.569
Saldo	3.660	-0,4	3.674	103,7	1.803
Corrente de Comércio	19.767.	22,3	16.156	24,8	12.942.

FONTE: MDIC/SECEX

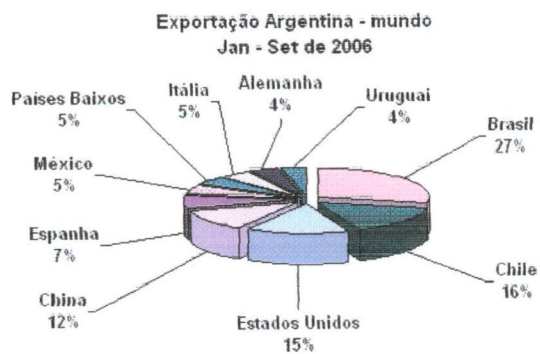
O Brasil se destaca como o principal importador de produtos argentinos dentro do bloco com um percentual de até 27%. O percentual das exportações e importações mundiais confere na figura nº6, 7, e 8.

Figura Nº. 6 – PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS PELO BRASIL DA ARGENTINA/2006



FONTE: MDIC/SECEX

FIGURA Nº7 – EXPORTAÇÃO ARGENTINA – MUNDO JAN – SET DE 2006



FONTE: Braziltradenet

FIGURA Nº. 8 - IMPORTAÇÃO ARGENTINA – MUNDO



FONTE: Braziltradenet

O superávit na balança comercial global é de US\$ 12.263 milhões (2006)

O país tem muitos recursos energéticos como hidroelétrica, gás, parte do petróleo, carvão e urânio. Hoje a Argentina passa por uma grave crise energética prejudicando toda a sua produção, apesar de contar com abundantes recursos energéticos.

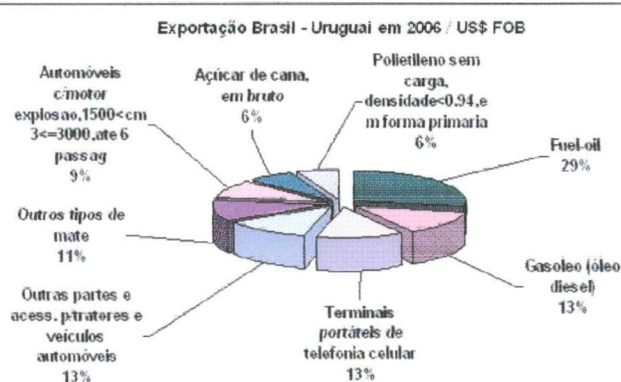
2.2.2 URUGUAI

A população uruguaia é de 3.447.920 de habitantes em uma área 176.215 km² sendo um dos menores países da América Latina. Os 80% da população estão concentradas na área urbana de Montevideú. Como a Argentina, tem um nível de vida considerado um dos melhores do Mercosul, com PIB corrente per capita de US\$ 5.526 e um per capita PPC de US\$ 11.646. O povo tem um bom nível cultural e taxa de natalidade baixa e uma expectativa de vida de 76,1 anos.

A parte relacionada à economia está muito condicionada pela conjuntura de seus vizinhos Brasil e Argentina significando que qualquer efeito econômico nesses dois países, influencia o comportamento da economia uruguaia. (Como o exemplo da crise econômica na Argentina que ocorreu em 2002 que levou a uma recessão e a queda do nível de suas atividades). Como a economia uruguaia é muito dependente da Argentina, principalmente após a sua entrada no Mercosul, foi suficiente para que a crise argentina contagiasse a sua economia e a dos outros membros do Mercosul. O PIB do país está em US\$ 19.221 milhões e uma dívida externa de aproximadamente 11,4 milhões. O Uruguai tem como principais sócios comerciais o Brasil, Argentina e Estados Unidos. A sua economia é composta de um setor agropecuário com alta qualidade e competitividade nos produtos como carne, lã, couro e derivados lácteos e são destinados em sua maioria à exportação, que tem um papel importante na economia uruguaia. A indústria alimentícia, têxtil e a química são suas principais indústrias. Os produtos de exportação mais importantes são confecções, têxtil, carne, arroz e peles e os de importação são alimentos, químicos, plásticos e resinas sintéticas, maquinaria e veículos. O total de exportações no ano de 2006 foi de US\$ 3,9 bilhões com uma variação de 16 % em relação ao período anterior.

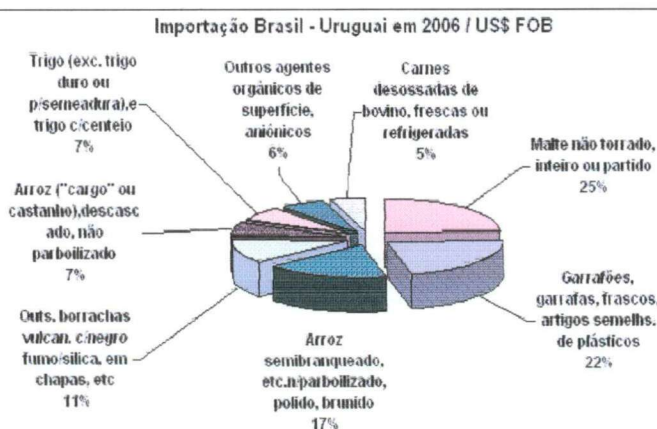
O Brasil e a Argentina são os principais importadores de produtos uruguaios. A relação do Brasil com o país tem aumentado nos últimos anos com o incremento de suas relações comerciais principalmente no crescimento das importações brasileiras em 2006. Na figura Nº9 e 10 vemos as exportações e importações do Brasil e Uruguai.

FIGURA Nº 9 - EXPORTAÇÃO BRASIL – URUGUAI EM 2006/US\$ FOB



FONTE: MDIC/SECEX

FIGURA Nº 10 – IMPORTAÇÃO BRASIL – URUGUAI EM 2006 / US\$ FOB



FONTE: MDIC/SECEX

2.2.3 Paraguai

O Paraguai é considerado o menor país membro do MERCOSUL, o mais pobre e com menor índice de crescimento econômico. Localizado entre Brasil, Bolívia e Argentina, não conseguiu estruturar seus setores produtivos. Durante a vigência da ALALC, o país recebia tratamento preferencial devido a baixas taxas de desenvolvimento. Apesar desse benefício o resultado não foi relevante devido à falta de políticas de desenvolvimento, que impediu o acesso aos benefícios da integração.

Os dados recentes de população estão em 6.365.000 de habitantes em uma área de 406.752 Km². A taxa de crescimento da população é de 1,7% com uma expectativa de vida de 71,9 anos. O índice de mortalidade infantil é bem alto com 34/1000 nascidos vivos. A população está mais concentrada na área urbana e com uma distribuição desigual em todo país. A renda per capita está em US\$ 2.671 com um crescimento de 15% em relação ao ano anterior (2005). Metade da população está voltada para a agricultura sendo a soja um dos seus principais produtos além do algodão, milho entre outros. Podemos dizer que o parque industrial paraguaio é praticamente inexistente devido à falta de infra-estrutura, mão-de-obra especializada e tecnologia, sendo essa, favorecida com a entrada do país no MERCOSUL. A metade da produção industrial está concentrada na indústria de bebidas e alimentícia.

A balança comercial global de bens e a balança comercial intra-regional de bens estão negativas, devido ao aumento das importações. O dado de 2005 nos diz que a relação dívida externa/exportações é de 1,52.

As exportações e as importações totais são de US\$1.906 milhões e US\$5.898 milhões respectivamente. Os 59% das exportações e 40% das importações tem como destino o MERCOSUL. As importações são de produtos como automóveis, maquinaria, bens de consumo, petróleo. Dessas a principal origem dentro do bloco é do Brasil com aproximadamente 34%. As exportações consistem em sua maior parte em matérias primas com pouco processamento, e não há agregação de valor na produção que é exportada.. Houve um pequeno desenvolvimento de algumas indústrias a partir do MERCOSUL, mas nada que tivesse alguma relevância para o comércio do país. Há dificuldades na obtenção de economias de escala

O Paraguai tem como parceiros comerciais além do Brasil e Argentina, o Uruguai, Estados Unidos e China.

As duas hidroelétricas Itaipu e Yacyretá fazem do Paraguai um produtor e exportador relevante de energia para o Brasil e Argentina. A hidroelétrica é compartilhada com o Brasil, e pelo contrato (1973) o Paraguai deve vender ao Brasil a energia que não consome, representando 93% da metade produzida pela usina a um preço menor do que o de mercado. Hoje o Paraguai se sente prejudicado e faz pressão sobre o Brasil e requer uma revisão urgente do acordo. A alegação é de que com a crise energética na Argentina, o Brasil está “se aproveitando” e vendendo ao vizinho energia “escamoteada” do Paraguai. O objetivo também é reduzir o saldo do endividamento, atualmente de US\$ 20,8 bilhões. (Valor Econômico, 29 de junho de 2007).

2.2.4 BRASIL

Como o Brasil é o foco principal do trabalho, esse tópico foi feito somente com a visão sócio-econômica, deixando para o próximo capítulo todos os pontos importantes a serem analisados.

Não há dúvidas de que o Brasil tem um grande potencial para um crescimento econômico a longo prazo e a economia passa atualmente por um bom momento

É a oitava maior economia do mundo com dimensões continentais 8.511.965 km². população de 190.127.000 de habitantes com um crescimento demográfico de 1,33% (2005) e uma expectativa de vida de 72,4 anos. A população brasileira é responsável por 80% da população do MERCOSUL e mais de 70% da área geográfica do bloco. A sua renda per capita é de US\$5.516, um índice de desenvolvimento (IDH) de 0,796, Gini de 57,8 e a taxa de analfabetismo de 11,1%. Internamente as desigualdades regionais ainda não foram solucionadas.

A integração do Brasil com outros membros do bloco não conseguiu reduzir as diferenças de renda e de desenvolvimento entre eles. Em razão da facilidade de ausência de barreiras no MERCOSUL, os setores de produção de bens e de alta

tecnologia brasileiros ganharam espaço de exportação dentro do bloco e tem superávit com todos os membros. As máquinas e equipamentos ficaram mais baratos no Brasil, aumentando assim as importações de países do bloco.

CAPÍTULO III

3 EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO BRASILEIRO ENTRE 1990 E 2006

3.1 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA DE 1990 A 2006 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

3.1.1 EXPORTAÇÕES

A partir de 1990, a estabilização econômica e a redução do risco país era um dos mais importantes objetivos da política econômica do Brasil. A intenção do Brasil era incentivar a integração dos países, aumentando a inserção no mercado internacional para suas exportações e conseqüentemente aumentando a economia de escala em sua indústria. Num segundo momento atrair investimentos e a partir da integração, aumentar o poder de negociação. Essa década tem uma característica de realização de muitos acordos que foram incentivados pela abertura da economia.

O ano de 1990 nos mostra um PIB brasileiro de US\$469,3 bilhões que representava 2,1% do PIB mundial (US\$22.489 bilhões). As exportações no montante de US\$31,4 bilhões representavam 6,7% do PIB nacional. Além disso, a participação das exportações no comércio mundial era de 0,9%.

As principais exportações de produtos eram do setor agrícola, alimentícios, minerais, metais, máquinas, aparelhos elétricos e materiais de transporte. As tarifas tarifárias e não-tarifárias estavam em queda e havia também um cronograma de redução das tarifas de importação.

Com o fim do período de transição do MERCOSUL em 1994, o país contava com um PIB de US\$543 bilhões. A participação das exportações brasileiras no PIB nacional era 8,3% e nas exportações mundiais de 1%. Vale lembrar, que no período de 91 a 94, as exportações brasileiras cresceram 37,7% (sendo 11,2% aa.). Por outro lado, as exportações mundiais cresciam 6,3% ao ano. Entretanto o valor das importações de US\$ 33,1 bilhões gerou um saldo comercial de US\$ 10,4 bilhões ao país. Houve superávits até o fim desse período. Lembrando ainda que em 1994,

tivemos a implementação do Plano Real. Junto com a nova moeda veio a privatização, o aumento de produtividade, o fortalecimento do sistema financeiro e o controle da inflação. Um dos benefícios dessas reformas foi o aumento da credibilidade frente ao mercado externo.

Com a implantação do Real esperava-se um aumento ainda maior nas exportações, mas aconteceu justamente o contrário. Houve a sobrevalorização da moeda e, a competitividade dos produtos brasileiros diminuiu em comparação a outros países. Com essa perda de competitividade e o aquecimento da demanda interna resultou em déficit das transações correntes. (...) Prevaleceu nesse período uma tensão de forças entre os mercados interno e externo, o que levava as firmas a procurarem as vendas domésticas sempre que a demanda local se aquecia. (Pinheiro e Moreira em texto nº 91 do BNDES). A partir de 1995, o saldo comercial nacional começa a ficar negativo até 1999. Podemos explicar a queda em 95, em função do aumento das tarifas de importação para conter a demanda interna e a mudança do câmbio para banda larga. Em 1997, mais turbulências com a crise asiática. (...) com a crise asiática em meados de 97, as necessidades de financiamento mostraram-se elevadas para um ambiente de alta volatilidade nos mercados mundiais. (Bahry, pg.117). No ano de 1997, o déficit chegou a 4% do PIB.

Para impedir a fuga de capitais, os juros brasileiros subiram. As importações passam então a ter um crescimento de 4,9% ao ano e as exportações 3,2% ao ano. Segundo dados do BNDES, em 1998 o real já tinha valorizado 18% em relação ao dólar.

Com a moratória Russa em 1998, os mercados internacionais foram abalados, forçando o governo brasileiro a fazer flutuar a taxa de câmbio resultando em uma grande desvalorização do Real em 1999. Essa foi uma das decisões que levou a Argentina a entrar em uma crise sem precedentes.

Os indicadores mostram que o crescimento do PIB mundial assim como as exportações mundiais foram superiores que as do Brasil neste período. A desvalorização da moeda nacional, ocorrida em 1999, estimulou bastante as exportações e principalmente o setor agrícola.

Essa década foi caracterizada de um crescimento mais lento devido às crises do México e asiática e por último a moratória Russa. Mas apesar da forte desvalorização do Real, foram feitos ajustes que impediram o aumento desenfreado da inflação. Houve a renegociação do acordo para ajustes fiscais com o FMI, ajustes

nas taxas de juros, regime de metas de inflação e um aumento bem moderado do salário mínimo. Podemos considerar que esse período foi de uma modesta expansão do PIB. Houve melhora na Balança Comercial, boa safra agrícola e privatização de estatais que ocasionou um aumento da receita para o governo. Essa receita ajudou a amenizar o déficit público.

A década foi marcada pelo crescimento principalmente da indústria de cimento, agro químicos, automóveis, siderúrgicos e têxteis. Por sua vez, as exportações nacionais, além das commodities, concentraram-se em produtos manufaturados de baixo valor agregado, por exemplo, produtos metalúrgicos, químicos, couro, papel e celulose, e derivados de petróleo. Os produtos de alto valor agregado eram materiais de transporte, máquinas e instrumentos mecânicos, equipamentos elétricos e eletrônicos.

O cenário internacional no ano 2000 estava relativamente estável. Nesse ano, o PIB brasileiro cresceu 4,3% em relação ao ano anterior e foi maior que o crescimento do PIB mundial (2,7%). A Balança de Pagamentos apresentou tendências de melhora, mas o déficit nas transações correntes foi de US\$ 24 bilhões. Segundo dados do IBGE, esse déficit foi em função das despesas com rendas enviadas ao exterior, sobretudo os juros, os lucros e os dividendos. Houve aumento das exportações de 14,7% e a relação das exportações e o PIB foi de 8,5%. Esse último dado nos surpreende como o mais alto desde 1994.

O ano de 2001 foi bem conturbado para o Brasil. Houve uma redução do crescimento dos países ricos, a queda das bolsas mundiais, o ataque terrorista nos Estados Unidos e a queda da economia americana, a crise Argentina e sem falar da grave crise energética brasileira e nos baixos investimentos. Todos esses fatores contribuíram para diminuir a atração de fluxos de capital e dificuldades para as exportações e em consequência uma nova desvalorização do Real de aproximadamente 25%. As taxas de juros aumentaram para conter a pressão inflacionária e a expansão da dívida pública interna e externa resultaram em redução do crescimento. A economia estagnou. Apesar de todos os problemas a Balança de Pagamentos obteve um resultado positivo.

Em 2002, a economia Argentina passa por grandes dificuldades causadas pela desvalorização do real. As antigas rivalidades entre os dois países começam a despontar. Esses fatores trazem dúvidas do futuro a nível de Mercosul. A elevação do câmbio levou o Real a ter uma cotação de R\$ 3,6 em relação ao Dólar. Com a

grande depreciação da moeda nacional (52,5%) a dívida pública aumenta significativamente.

Ainda em 2002, as exportações começam a recuperar a sua força e entra em 2003 com uma participação de 12% em relação ao PIB. Há um superávit de US\$ 13,1 bilhões na balança comercial. Desde 94 não se obtinha um resultado tão favorável. Uns dos setores que mais contribuiu com o aumento das exportações foram o de lubrificantes e combustíveis com uma variação de 64,8% em relação ao período anterior. Apesar desse bom resultado as exportações mundiais (16,8%) cresceram mais que as nacionais. O comportamento volátil da taxa de câmbio (depreciação em 2003) e o aumento dos preços foram fatores fundamentais para a redefinição das políticas econômicas adotadas pelo novo governo. Política monetária contracionista, controle nos gastos públicos e uma valorização da taxa de câmbio, são os principais fatores para o controle da inflação. (Panorama da economia Brasileira – texto do IBGE),

Em 2004 final do ano houve um crescimento de 5,7% do PIB e as exportações dispararam superando qualquer previsão.

Na verdade, já observamos melhoras na economia do país desde 2002/2003. A valorização do Real frente ao dólar em 2004, a redução do risco país, aumento da credibilidade do país, todos esses fatores classificando o Brasil entre os 20 maiores exportadores mundiais.

Em 2005, a taxa de crescimento real do PIB foi de 2,9%%. (pela antiga metodologia de cálculo do Ministério do Desenvolvimento). Essa pequena retração foi em função da política contracionista mencionada anteriormente. Apesar dessa retração a Balança Comercial e a Balança de Pagamentos continuaram positivas. A estabilização da economia com dados positivos, e uma taxa de juros convidativa para os investidores estrangeiros resultou na entrada de capitais. Com dados econômicos nacionais favoráveis, as metas de inflação fortemente controladas, o forte crescimento das exportações e a diminuição do risco país aliados a um cenário internacional positivo, contribuíram para a apreciação cambial nesse período. O valor das exportações passou em 2006, para US\$ 137,6 bilhões. No gráfico N° 1, vemos a evolução das exportações nos últimos 10 anos.

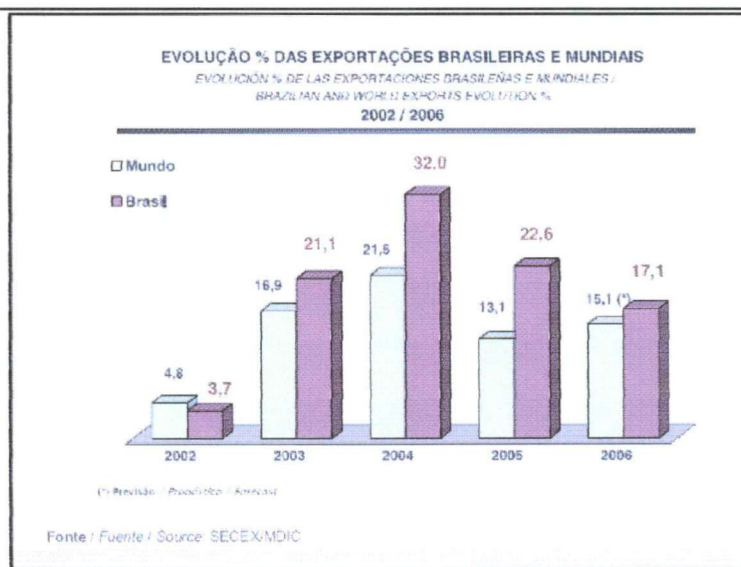
GRÁFICO Nº 1 – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS 1997/2006
US\$ MILHÕES



FONTE: SECEX/MDIC

De acordo com o gráfico Nº 2 abaixo podemos conferir a evolução % das exportações brasileiras e mundiais. A partir de 2003 as exportações brasileiras tiveram um crescimento superior às exportações mundiais, batendo todos os recordes.

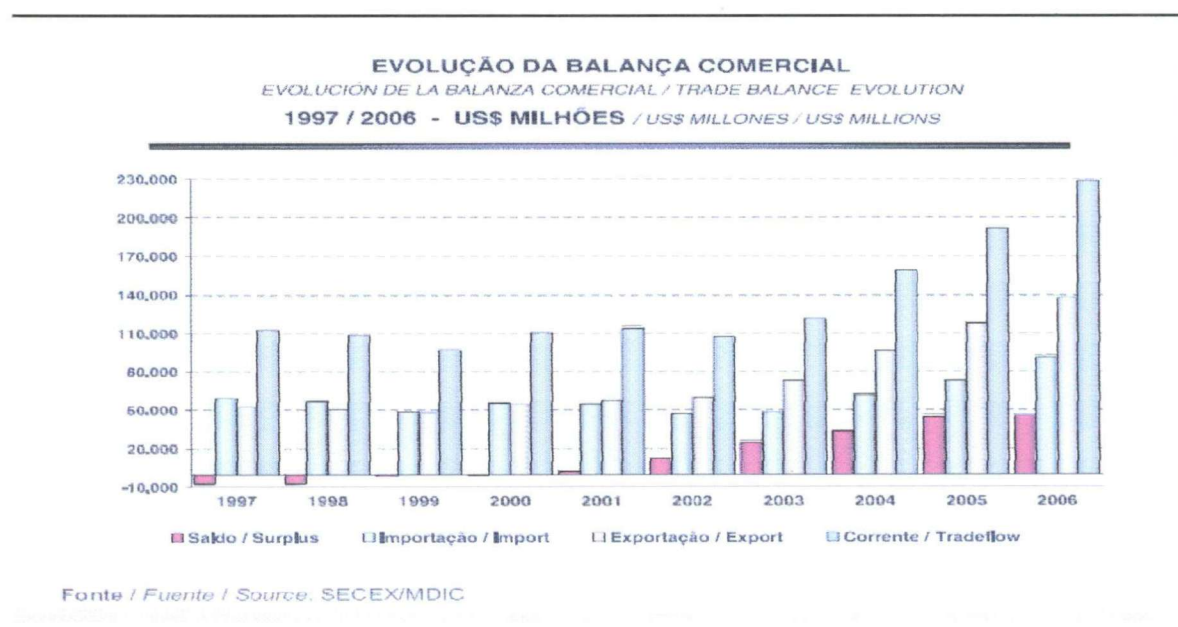
GRÁFICO Nº 2 – EVOLUÇÃO % DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E MUNDIAIS
2002 / 2006



FONTE: SECEX/MDIC

Segundo dados da APEX, o Brasil alcançou um recorde de US\$ 228 bilhões em transações correntes com o exterior e um superávit de US\$ 46,1 bilhões. Nos últimos 4 anos as exportações dobraram (127%) e o saldo acumulado atingiu US\$ 149 bilhões. O PIB sai de US\$ 645,0 bilhões em 2000 e alcança a marca expressiva de US\$1 trilhão, mais precisamente US\$ 1.067,3 bilhões em 2006, ou 2,2% do PIB mundial. Explicando melhor, de 2000 em diante, as exportações começam a ter força e começa a bater recordes com crescimento anual de 16,5% até 2006. Esses resultados contribuem para a melhoria das contas externas e a estabilidade e credibilidade econômica do país. Abaixo no gráfico N° 3 a evolução da balança comercial.

GRÁFICO N° 3 – Evolução da Balança Comercial Brasileira 1997/2006
US\$ MILHÕES



FONTE: SECEX/MDCI

Para termos de comparação, as vendas nacionais estavam assim divididas em 1990: 27,8% de produtos básicos, 16,3% em semimanufaturados, 54,15% em manufaturados e 1,75% outros.

Em 2006, as exportações tinham participação de 29,3% produtos básicos, 13,5% de semimanufaturados e 54,3% de manufaturados.

Dados da AEB mostram que em 2006 as exportações foram maiores em matérias-primas e combustíveis que são grupos de commodities. As vendas externas de produtos básicos e semimanufaturados cresceram mais que a dos manufaturados. TABELA N°8 – Balança Comercial por Categoria de Uso 2005/2006.

TABELA N° 8 – BALANÇA COMERCIAL POR CATEGORIA DE USO - 2005/2006

Estatísticas de Comércio Exterior 2006

Balança Comercial Brasileira por Categoria de Uso
janeiro / dezembro

US\$ milhões FOB

Discriminação	Exportação			Importação			Saldo					
	2005	Part.%	2006	Part.%	Var.%	2006	Part.%	2005	2006			
	(A)	(B)	(A/B)	(C)	(D)	(C/D)	(A-C)	(B-D)				
I - Bens de Capital	19.350	14,1	18.027	15,2	7,3	15.912	20,7	15.387	20,9	437	2.640	
II - Matérias-primas e Intermediários	76.993	56,0	65.113	55,0	18,2	45.286	49,5	37.904	51,4	19,8	31.707	27.309
III - Bens de consumo	26.035	20,4	25.936	22,0	7,8	11.995	13,1	8.483	11,5	41,4	16.038	17.503
- Não-duráveis	20.498	14,9	18.752	15,9	9,2	5.919	6,5	4.555	6,2	29,9	14.579	14.208
- Duráveis	7.537	5,5	7.224	6,1	4,3	6.076	6,7	3.928	5,3	54,7	1.459	3.296
IV - Combustíveis e lubrificantes	10.479	7,6	7.034	5,9	49,6	15.201	16,6	11.931	16,2	27,4	-4.722	-4.928
Petróleo bruto	6.894	5,0	4.164	3,5	65,6	9.087	9,9	7.572	10,4	16,4	-2.192	-3.608
V - Operações especiais	2.614	1,9	2.179	1,8	20,0	0	-	0	0,0	-	2.614	2.179
Total	137.470	100,0	118.308	100,0	16,2	91.396	100,0	73.605	100,0	24,2	46.074	44.704

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: AEB.

FONTE: MDIC/SECEX: Elaboração AEB

A plataforma de exportações nacionais está direcionada principalmente para Estados Unidos, União Européia, Ásia e América Latina (principalmente ALADI). O crescimento das exportações para os EUA foi de 8,5%, UE de 14,6%, Ásia de 12,1%, Aladi inclusive Mercosul 23,4%, África de 24,6%, Oriente Médio com 34,0% e demais mercados 15,0%. Houve aumento expressivo nas exportações para os principais países da Aladi como, Venezuela (60,4%), Colômbia (51,5%), Peru (60,9%) e Argentina (18,1%). Ainda devem ser considerados como destaques países como a Nigéria com um aumento de 44,1%, a Arábia Saudita com 23,4%, o Irã com 61,9% e China com 22,9%.

De acordo com a tabela nº. 9 podemos visualizar melhor os principais destinos das exportações brasileiras.

TABELA Nº 9 – Principais Destinos das Exportações Brasileiras
2005/2006

Exportação Brasileira Janeiro a dezembro			
Principais Regiões de Destino			
	US\$ milhões FOB		
	2006	2005	Var. %
Total Brasil	137.470	118.908	16,2
União Europeia	30.373	28.493	14,6
EUA (inclusive Porto Rico)	24.574	22.741	8,6
Ásia	20.793	18.850	10,1
Alcidi (exclusive Mercosul)	17.432	19.702	-27,2
Mercosul	13.930	11.726	19,0
África	7.449	9.977	-24,6
Oriente Médio	5.748	4.086	34,0
Demais mercados	17.049	14.831	15,0

Principais Países de Destino					
Ordem 2006	Ordem 2005	US\$ milhões FOB			
		2006	2005	Var. %	
		Total Brasil	137.470	118.908	16,2
		Estados Unidos	24.574	22.741	8,6
		Argentina	7.449	9.977	-24,6
		China	13.930	11.726	19,0
		Países Baixos (Holanda)	17.432	19.702	-27,2
		Alemanha	10.000	11.000	-9,1
		México	10.000	11.000	-9,1
		Chile	10.000	11.000	-9,1
		Japão	10.000	11.000	-9,1
		Itália	10.000	11.000	-9,1
		Venezuela	10.000	11.000	-9,1
		Rússia	10.000	11.000	-9,1
		Bélgica	10.000	11.000	-9,1
		Reino Unido	10.000	11.000	-9,1
		França	10.000	11.000	-9,1
		Espanha	10.000	11.000	-9,1
		Canadá	10.000	11.000	-9,1
		Colômbia	10.000	11.000	-9,1
		Coreia do Sul	10.000	11.000	-9,1
		Índia	10.000	11.000	-9,1
		Peru	10.000	11.000	-9,1
		Arábia Saudita	10.000	11.000	-9,1
		Portugal	10.000	11.000	-9,1
		África do Sul	10.000	11.000	-9,1
		Malásia	10.000	11.000	-9,1
		Nigéria	10.000	11.000	-9,1
		Demais países	17.049	14.831	15,0

Fonte: MDIC/SECEX; Elaboração: AEB

Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB - fevereiro 2007

FONTE: MDIC/SECEX: Elaboração AEB

Segundo o texto de Luiz Antonio Paulino,

Há fragilidade da inserção das exportações brasileiras nos fluxos internacionais. Contribuem para isso vários fatores como as exportações brasileiras de produtos básicos (commodities). Esses produtos representam entre 60% e 65% das exportações brasileiras os quais oscilam muito no mercado internacional. Ainda, que há uma alta concentração das exportações em determinados produtos para poucos países e empresas. A Agência de

Promoções de Exportações (APEX) em seu último relatório aponta que apenas 10 itens da pauta de exportações nacionais, representam 35% das exportações. A absorção de 66% do total das exportações do Brasil é feita por 10 países. A fragilidade de inserção comercial não foi o resultado de nivelamento do campo da competição, mas nivelamento da via de entrada de produtos e serviços nos países em desenvolvimento e a permanência de entraves na saída. Os países que dominam o comércio internacional comandam o acesso dos principais mercados e promovem abertura seletiva de seus mercados, através de tarifas e barreira não-tarifárias. Essas tarifas são muito altas para países como o Brasil porque tem vantagens comparativas nesse setor e naqueles que utilizam mão-de-obra intensiva. Há uma diferenciação do valor das tarifas para os países e para Brasil é imposta a mais alta. A liberação é somente para matéria-prima de que não possuem. Ainda, os EUA impõem barreiras nos básicos e também nos manufaturados. E mais, os produtores do país têm altos subsídios. Apesar da OMC ter alertado de que o protecionismo para produtos agrícolas têm aumentado, não faz muita coisa para minimizar o problema. Pelo contrário, ainda prejudica como com o Acordo de Propriedade intelectual (TRIPS) que beneficia países ricos.

Bernard e Wagner em um artigo da Revista do BNDES, afirmam que exportar em um ano eleva as possibilidades de exportar no ano seguinte em 50%. Mas o efeito declina rapidamente para os anos seguintes. No 2º ano a possibilidade diminui para 33%. Isso porque um país em desenvolvimento, as empresas têm maiores custos irrecuperáveis na atividade exportadora. A entrada e saída do mercado externo dependerão da estratégia das firmas. Essa estratégia tem um conjunto de ações no tempo. (flexibilidade necessária para adaptação às condições ambiente-econômicas). O crescimento das exportações brasileiras ocorreu em sua maior parte devido ao aumento do valor exportado pelas mesmas firmas que já exportavam em 2002.

Segundo a Revista do BNDES,

de junho de 2006, a base exportadora nacional cresceu 30% e a entrada de 4000 empresas em seis anos. Comparando com 1999, ano de desvalorização do Real, mil empresas entraram na base de exportadores e o crescimento foi até 2002, com um total de 17000 exportadores. Após três anos as exportações brasileiras cresceriam 20% ao ano. Chegaram a 2005 com o dobro de exportações de 2002. De 2002 a 2005, 9000 empresas exportaram todos os anos, ou seja, exportadores recorrentes, esses exportadores foram responsáveis por 93% do valor exportado e a dos que não foram recorrentes decaíram no período. Ainda no período eram 28.000 exportadores, mas apenas um terço exportou todos os anos. A manutenção de uma empresa no mercado internacional é difícil e árdua. A maior produtividade nas empresas que exportam ocorre segundo a seleção e não por mudanças de estruturas produtivas. Resumindo, as características das indústrias, o grau de consolidação do país e sua inserção internacional fazem com que as exportações sejam realizadas pelas recorrentes. Em 2005 as empresas não

recorrentes têm participação maior no grupo das commodities e bens de baixa tecnologia e intensivos em mão-de-obra. Os 70% de suas exportações foram de produtos de baixa intensidade tecnológica, intensivos em mão-de-obra ou commodities. Por outro lado, as recorrentes exportam produtos de alta e média intensidade tecnologia. Curiosamente o número de empresas recorrentes praticamente não aumentou.

A explicação para o potencial das grandes empresas se deve a:

- a maioria das grandes empresas é transnacional onde a matriz se encarrega de direcionar negócios advindo de suas filiais no mundo,
- potencial de produção em escala dessas grandes empresas resulta, em custos menores e conseqüentemente maior competitividade,
- investimento em novos produtos, novas tecnologias e ênfase na qualidade dos produtos,
- finalmente, as transnacionais são os agentes principais do processo de globalização.

De acordo com o gráfico N° 4 podemos conferir melhor a participação % das exportações por porte de empresa sobre o valor e no gráfico N° 5 podemos visualizar a exportação por porte de empresa, mas a participação % sobre o número de empresas.

GRÁFICO N° 4 - EXPORTAÇÃO POR PORTE DE EMPRESA
PARTICIPAÇÃO % SOBRE O VALOR DE 2005

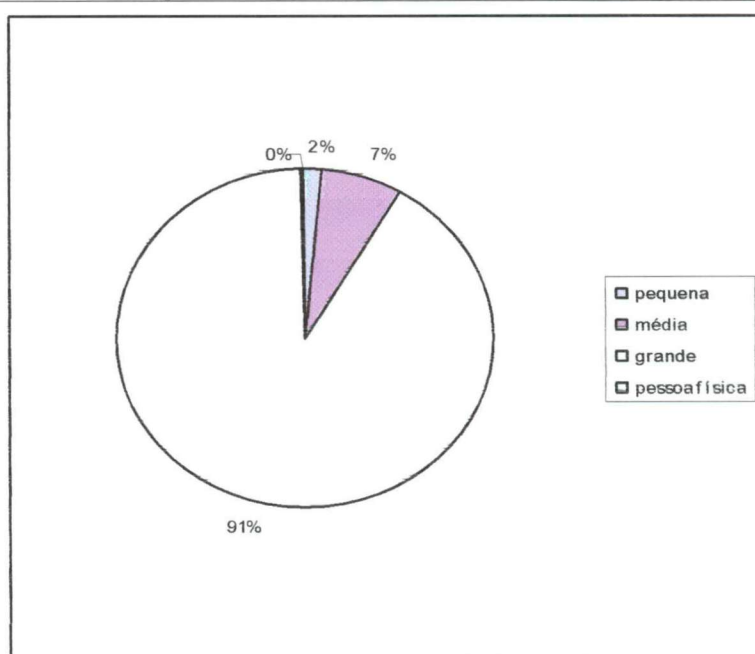
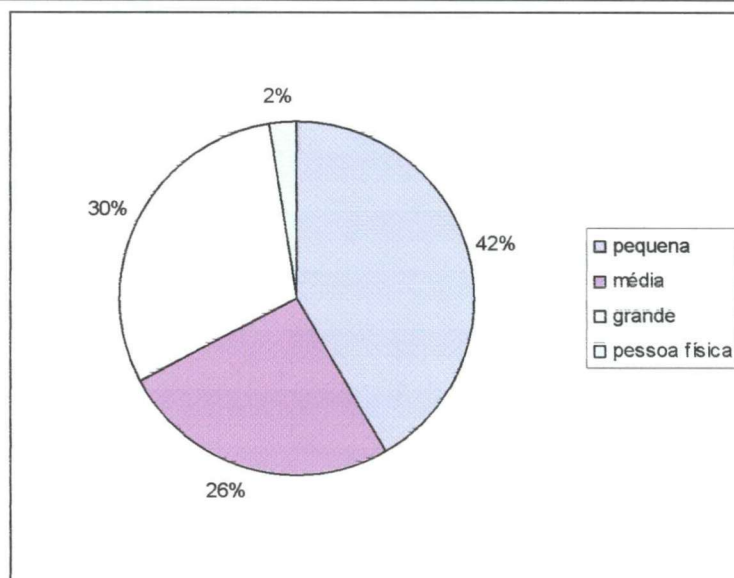


GRÁFICO Nº 5 – EXPORTAÇÃO % POR PORTE DE EMPRESA
PARTICIPAÇÃO % SOBRE O NÚMERO DE EMPRESAS



FONTE: SECEX/MDCI

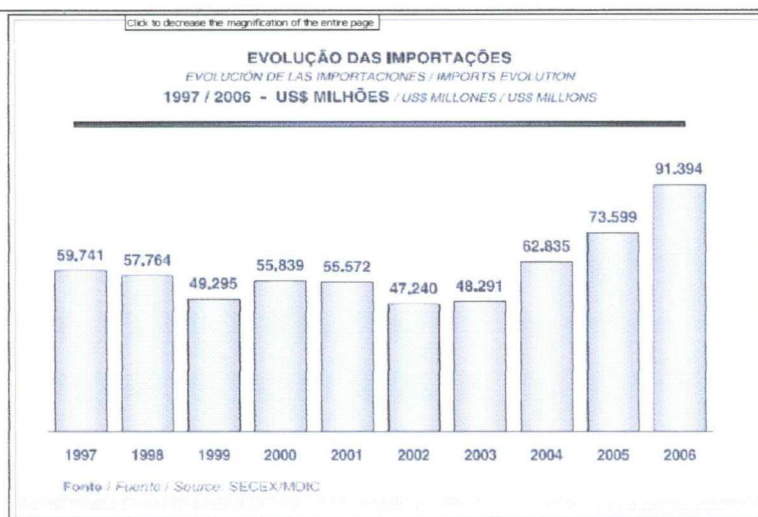
3.1.2 IMPORTAÇÕES

Fazendo uma retrospectiva das importações desde a década de 90, observamos que a implantação do Mercosul a partir do período de transição em 1994, fez com que as compras do Brasil crescessem significativamente no âmbito do Mercosul. As importações brasileiras do bloco em 1994 eram de US\$ 4.583,3 milhões, passando em 1995 para US\$ 6.843,9 milhões, ou seja, um crescimento de 49,3%. Entretanto, as importações brasileiras também tiveram a influência da implantação do plano real. O Brasil teve uma fase de valorização da sua moeda nacional, que juntamente com o salto da demanda agregada ocasionou uma drástica inversão na balança comercial, incentivando, com isso, o aumento das importações nos anos compreendidos entre 1994 e 1997.

Em 1996 as importações brasileiras no mundo passaram para US\$ 53,3 bilhões, com crescimento de 6,8%. Em 1997 a variação das importações foi de 12%, um crescimento maior que as exportações no mesmo período. A partir de 1995/1996, as exportações brasileiras não evoluíram na mesma proporção e

conseqüentemente o crescimento das compras neste período deu início a um período de déficits comerciais no Brasil, que se estenderam até o ano 2000. No gráfico N° 6 podemos ver a evolução das importações totais do período de 1997 a 2006.

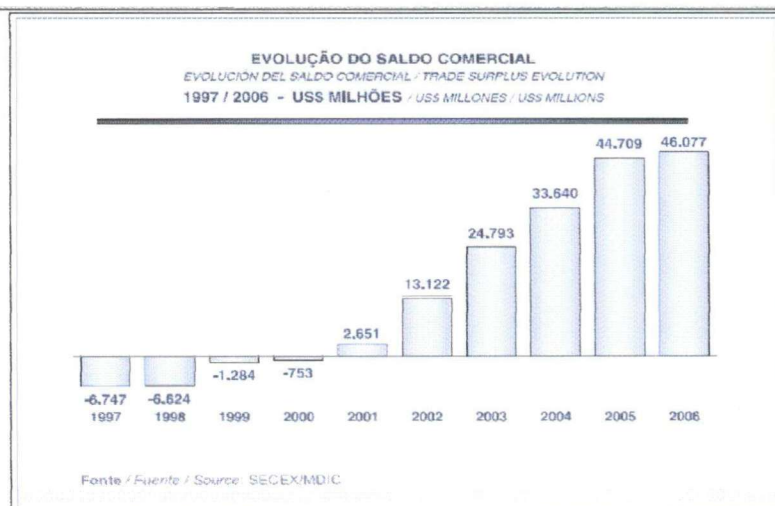
GRÁFICO Nº6 – EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS 1997/2006



FONTE: SECEX/MDCI

A partir de 2001, o Brasil passou a reverter o quadro com a realização de saldos comerciais positivos, tanto no Mercosul como nos outros blocos comerciais, através de um aumento no volume das exportações com a implantação de um câmbio flexível, com maior ênfase a partir de 2002. Veja gráfico N° 7 abaixo.

GRÁFICO Nº7 – EVOLUÇÃO DO SALDO COMERCIAL BRASILEIRO DE 1997/2006



FONTE: SECEX

As importações atingiram valor recorde em 2006 ao totalizar US\$ 91,4 bilhões ou 25,2% sobre o ano anterior. Segundo a APEX, a pauta das importações em 2006 apresentou forte correlação com o investimento produtivo. As importações tiveram um crescimento de 10,5% ao ano nos últimos cinco anos. Essas cifras mostram o nível crescente de abertura da economia.

A importação de matérias-primas e intermediários com US\$ 45,3 bilhões aumentou 20,8% sobre 2005, e as compras de bens de capital com US\$ 18,9 bilhões ficaram 23,9% maiores, sendo que as duas categorias de produtos representaram 70% das importações em 2006.

Igualmente, cresceram as compras externas com petróleo e combustíveis com US\$ 15,2 bilhões ou 28,2%, e as compras de bens de consumo com US\$ 12,0 bilhões ou 42,6% quando comparado com o ano anterior.

Os dois produtos descritos abaixo representam 71% das importações do período.

- bens de capital - aumento de 23,9% em relação a 2005.
- compras de matérias-primas e intermediários – 20,8% maiores.

Os gastos com petróleo e combustíveis aumentaram 28,2% e aquisições de bens de consumo 42,6%. Podemos visualizar na TABELA N° 10 abaixo.

TABELA N° 10 – IMPORTAÇÃO BRASILEIRA POR CATEGORIA DE USO - 2006

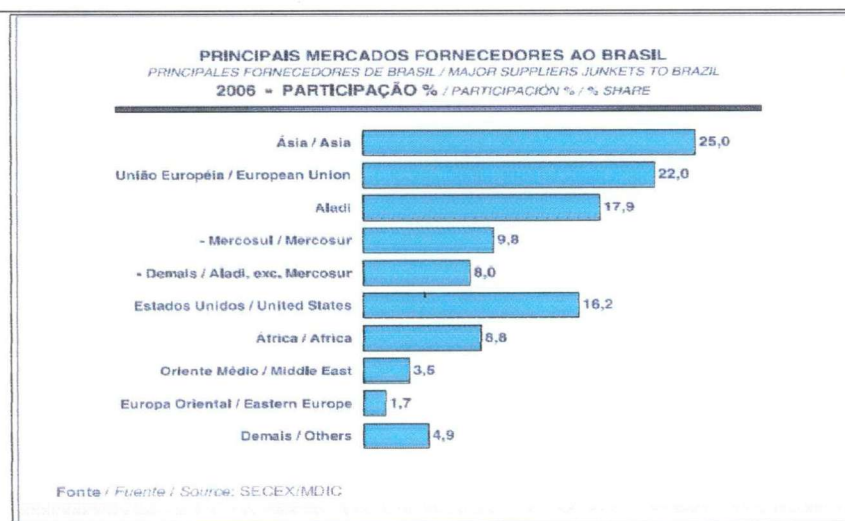
<small>Page Navigation</small> IMPORTAÇÃO POR CATEGORIA DE USO <small>IMPORTACIONES POR USO ECONÓMICO / IMPORT EVOLUTION BY PRODUCT CATEGORY</small> 2006 - US\$ MILHÕES / US\$ MILLIONS / US\$ MILLIONS		
	Valor Value	Δ % 2006/05
Importação Total <i>Importación Total / Total Imports</i>	91.394	25,2
Matérias-Primas e intermediários <i>Bienes Intermedios / Raw Products</i>	45.287	20,8
Bens de Capital <i>Bienes de Capital / Capital Goods</i>	18.911	23,9
Petróleo e Combustíveis <i>Petroleo y Combustibles / Oil and Fuel</i>	15.199	28,2
Bens de Consumo / <i>Bienes de Consumo / Consumption Goods</i>	11.997	42,6

Fonte / Fuente / Source: SECEX/MDIC

Os principais mercados fornecedores ao Brasil em 2006, o destaque é dado para a Ásia, União Européia, Aladi e EUA.

A Ásia vinha com uma participação de 19,94% em 2004, passando para 22,94% em 2005 e continuou sendo o principal mercado fornecedor ao Brasil com uma participação de 25%. A União Européia perdeu o primeiro lugar nos dois anos anteriores para a Ásia em 2006. A Aladi surpreende com a terceira colocação e os EUA perdem participação em relação aos anos anteriores. No gráfico N° 8 vemos os principais mercados fornecedores ao Brasil em 2006 e suas participações percentuais.

GRÁFICO N° 8 – PRINCIPAIS MERCADOS FORNECEDORES AO BRASIL EM PARTICIPAÇÕES % - 2006 -



FONTE: SECEX/MDIC

3.1.3 BRASIL E O MERCOSUL

A década de noventa foi um período de abertura comercial com a integração de países através de diferentes acordos.

Segundo Averbug, foi instituída uma Política Industrial e de Comércio Exterior extinguindo a maior parte das barreiras não-tarifárias e definindo uma redução gradativa das tarifas de importação.

O total das exportações para o Mercosul no ano de 1990 foi de US\$1.320 milhões. Desse valor 13% foram produtos básicos, 86% industrializados e 1% operações especiais. Estas exportações tiveram um crescimento com altos e baixos desempenhos até o ano 2000. Ainda, 4,2% das exportações brasileiras tinham como destino o Mercosul. Dentro do bloco eram distribuídas em 48% Argentina, 28,8% Paraguai e 22,3% para o Uruguai, além de esses países absorverem em meados da década de 80, o percentual de 14% de todas as nossas exportações.

Em 1994, houve uma valorização monetária, a ancoragem cambial e o plano real de Fernando Henrique Cardoso que trouxe uma estabilidade. Essa valorização levou a balança comercial a tornar-se deficitária. As importações cresciam mais que as exportações. Por outro lado, o mais importante parceiro brasileiro do MERCOSUL, a Argentina, tinha a paridade de sua moeda com o dólar. Houve uma arrancada do bloco. A integração estava praticamente baseada na integração da Argentina e Brasil. Com os efeitos sobre as importações e a estabilidade do real, houve um leve aumento das alíquotas de importação em 96 para conter o déficit em conta corrente. Esta estabilidade do real traria conseqüências em poucos anos para o Brasil. Em conseqüência do aumento das taxas de juros, a entrada de dólares no país se manteve, com a função de diminuir os déficits. O resultado foi à valorização do Real. Com a moratória Russa, a crise financeira internacional se agravou. O Brasil tentou conter a saída de dólares, mas por pouco tempo. Como a dependência brasileira de conter os déficits vinha do capital internacional, o Brasil recorre ao FMI. (BAHRY, pág.122-125).

Ainda no mesmo ano, baseados em dados da SECEX, os resultados são bons números. As exportações por fator agregado estavam assim divididas para o Mercosul: 4,9% produtos básicos, 94,8% industrializados com destaque para os produtos manufaturados. (manufaturados e semimanufaturados). O intercâmbio comercial estava a todo vapor e também o crescimento das exportações brasileiras

para o bloco. Devido à crise asiática o período de 1998 a 1999 foram os piores da década com uma variação negativa de (23,66%) de um ano para outro. Apesar desta variação as exportações brasileiras chegaram ao maior patamar do período com a média de US\$8.00 milhões, ou seja, um grande salto em relação ao ano de 1990.

(...) crescimento do comércio intra-bloco foi benéfico para o Brasil e o futuro do Mercosul depende do nível de comprometimento e vínculos dos líderes do Brasil (Averburg, pág. 50).

A Argentina sendo o seu maior parceiro, já contava com uma participação de 76% das exportações do Brasil para o Mercosul em 97/98. Se compararmos o crescimento de todas as exportações do Brasil para o mundo em 97/98, o percentual era de negativo para os membros do bloco, em especial para o Paraguai e também para os países que tinham associação com o Mercosul. Em 1998, as exportações brasileiras diminuíram 3,5%, pois o crescimento mundial decaiu. A crise não era só na América Latina, pois se estendeu a nível mundial. As importações caíram em 6,2% e o déficit comercial ficou em torno de (US\$6,4 bilhões). Este resultado estava acompanhado ainda da valorização monetária acompanhada de déficit nas transações correntes e do câmbio fixo. Como já foi mencionada acima, a Argentina tinha a paridade do peso com o dólar de 1:1. Com falta de liquidez no mercado e o aumento dos déficits as importações foram reduzidas

. Em relação ao Paraguai, as exportações evoluíram em 31% até quase o finalzinho da década e sua participação nas exportações brasileiras para o bloco era de 14%. Não esquecendo o Uruguai que tinha uma participação de 9,9%. Em 1998, as exportações brasileiras diminuíram 3,5% devido à crise e um menor crescimento da economia mundial. As importações diminuíram em 6,2% e o déficit comercial ficou em torno de US\$6,4 bilhões. Em 1999, com a fragilidade das economias do Mercosul sujeitas a crises que não estavam preparadas para enfrentar, com a passagem do câmbio fixo para o flutuante no Brasil e o peso não tendo mais paridade com o dólar, o único caminho foi à desvalorização do real. O impacto ocasionado por esta desvalorização atingiu primeiramente a Argentina perdeu a competitividade para os produtos brasileiros e a deixou em uma situação de profunda crise econômica. Em um segundo momento ela não só atingiu aquele país, mas também os outros membros do bloco. A antiga rivalidade do Brasil com o vizinho, que aparentemente estava “sanada”, voltou com vários conflitos comerciais

e políticos entre os dois países. A análise deste período indica que ameaçou a própria existência do bloco e também a sua credibilidade internacional. Foram adotadas várias medidas para conter os déficits e a balança comercial começou a reagir.

Quase 49% das exportações do Brasil eram para a Argentina seguida de 28% do Paraguai e 22,3% do Uruguai. Verificamos um aumento das exportações para a Argentina em 80,7% em relação a 1990 e 2000 uma queda de 10,7% e 8,65% para o Paraguai e o Uruguai respectivamente. Segundo Veiga, as exportações brasileiras para o Mercosul funcionam em vários setores como um mercado doméstico estendido.

A partir de então temos um comportamento das exportações brasileiras para o Mercosul bastante irregular. De 2000 a 2001 temos uma variação negativa de (181%). De 2001 a 2002, uma queda na variação foi de (48, 0,%) e a partir de então só variação positiva com um crescimento das exportações de 2003 a 2006 de 320%. Isso pode ser explicado devido às turbulências de 2001 e 2002. A crise argentina se aprofundou de uma maneira sem precedentes (até hoje a Argentina sente esse impacto) e ela sempre como o maior parceiro brasileiro reduziu drasticamente as suas compras do Brasil. Somado a crise do país vizinho, os EUA sofrem o ataque terrorista. Tudo o que acontece nos EUA reflete na América Latina e principalmente no Brasil. Para agravar ainda mais, a crise de energia no final de 2001 também sem precedentes.

As importações brasileiras estão concentradas em bens de consumo e capital com alto valor agregado e produtos manufaturados (alta tecnologia). As importações de bens de consumo e matéria-prima tiveram pouca variação na década de noventa. O total das importações para o Mercosul em 1990 estava US\$ 2.312 milhões com uma participação de 11,2% sobre o total geral do Brasil.

Com relação ao ano 2005/2006 a variação das importações do Mercosul foi de 27,2%. Em relação ao PIB tem um resultado de 0,8%.

A Tabela Nº 11 nos mostra a evolução do comércio Brasil – Mercosul.

TABELA Nº. 11 – EVOLUÇÃO DO COMERCIO BRASIL – MERCOSUL – US\$ FOB

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO ENTRE BRASIL E DEMAIS PAÍSES DO MERCOSUL												
Série Histórica												
US\$ milhões FOB												
Ano	Argentina			Paraguai			Uruguai			Total Mercosul		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1970	185	145	38	11	1	10	31	11	20	228	160	68
1975	383	238	144	113	27	91	86	64	24	699	330	259
1980	1.082	757	335	409	91	312	311	195	115	1.612	1.044	768
1985	543	489	79	302	75	227	140	140	0	990	684	307
1990	645	1.400	-755	380	332	49	295	581	-286	1.320	2.312	-992
1995	4.041	6.591	-1.550	1.301	615	796	612	733	74	6.154	6.644	-690
1996	5.170	6.805	-1.635	1.325	552	772	611	944	-133	7.305	6.302	-996
1997	6.769	7.941	-1.172	1.409	519	899	669	967	-99	9.045	9.426	-381
1998	6.748	8.023	-1.275	1.249	351	899	681	1.042	-162	6.676	9.416	-538
1999	5.364	5.912	-448	744	260	484	670	647	23	6.776	6.719	58
2000	6.233	6.842	-610	632	351	490	669	602	67	7.733	7.795	-62
2001	5.003	6.206	-1.204	720	300	420	641	603	138	6.364	7.009	-646
2002	2.342	4.743	-2.401	559	363	175	410	485	-74	3.311	6.611	-2.300
2003	4.561	4.672	-111	707	475	232	404	538	-134	5.672	5.685	-13
2004	7.373	5.670	1.801	672	295	374	667	523	144	5.912	6.390	2.622
2005	9.915	6.241	3.674	961	319	642	650	494	156	11.726	7.054	4.672
2006	11.714	6.057	3.657	1.231	295	936	1.006	619	389	13.950	6.971	4.990

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: AEB

FONTE: SECEX/MDIC: Elaboração AEB

A Argentina sendo o seu maior parceiro, já contava com uma participação de 76% das exportações do Brasil para o Mercosul em 97/98. Se compararmos o crescimento de todas as exportações do Brasil para o mundo em 97/98, o percentual era de negativo para os membros do bloco, em especial para o Paraguai e também para os países que tinham associação com o Mercosul. Em 1998, as exportações brasileiras diminuíram 3,5%, pois o crescimento mundial decaiu. A crise não era só na América Latina, pois se estendeu a nível mundial. As importações caíram em 6,2% e o déficit comercial ficou em torno de (US\$6,4 bilhões). Este resultado estava acompanhado ainda da valorização monetária acompanhada de déficit nas transações correntes e do câmbio fixo. Como já foi mencionada acima, a Argentina tinha a paridade do peso com o dólar de 1:1. Com falta de liquidez no mercado e o aumento dos déficits as importações foram reduzidas

. Em relação ao Paraguai, as exportações evoluíram em 31% até quase o finalzinho da década e sua participação nas exportações brasileiras para o bloco era de 14%. Não esquecendo o Uruguai que tinha uma participação de 9,9%. Em 1998,

as exportações brasileiras diminuíram 3,5% devido à crise e um menor crescimento da economia mundial. As importações diminuíram em 6,2% e o déficit comercial ficou em torno de US\$6,4 bilhões. Em 1999, com a fragilidade das economias do Mercosul sujeitas a crises que não estavam preparadas para enfrentar, com a passagem do câmbio fixo para o flutuante no Brasil e o peso não tendo mais paridade com o dólar, o único caminho foi à desvalorização do real. O impacto ocasionado por esta desvalorização atingiu primeiramente a Argentina perdeu a competitividade para os produtos brasileiros e a deixou em uma situação de profunda crise econômica. Em um segundo momento ela não só atingiu aquele país, mas também os outros membros do bloco. A antiga rivalidade do Brasil com o vizinho, que aparentemente estava “sanada”, voltou com vários conflitos comerciais e políticos entre os dois países. A análise deste período indica que ameaçou a própria existência do bloco e também a sua credibilidade internacional. Foram adotadas várias medidas para conter os déficits e a balança comercial começou a reagir.

Quase 49% das exportações do Brasil eram para a Argentina seguida de 28% do Paraguai e 22,3% do Uruguai. Verificamos um aumento das exportações para a Argentina em 80,7% em relação a 1990 e 2000 uma queda de 10,7% e 8,65% para o Paraguai e o Uruguai respectivamente. Segundo Veiga, as exportações brasileiras para o Mercosul funcionam em vários setores como um mercado doméstico estendido.

A partir temos um comportamento das exportações brasileiras para o Mercosul bastante irregular. De 2000 a 2001 temos uma variação negativa de (201%). De 2001 a 2002, uma queda na variação mais intensa de (52,%) e a partir de então só variação positiva com um crescimento das exportações de 2003 a 2006 de 300%. Isso pode ser explicado devido às turbulências de 2001. A crise argentina se aprofundou de uma maneira sem precedentes (até hoje a Argentina sente esse impacto) e ela sempre como o maior parceiro brasileiro reduziu drasticamente as suas compras do Brasil. Somado a crise do país vizinho os Estados Unidos tem uma queda na sua economia e ainda sofre o ataque terrorista. Tudo o que acontece nos EUA reflete na América Latina e principalmente no Brasil por ser o “líder” em potencial econômico. Para agravar ainda mais, a crise de energia no final de 2001 também sem precedentes.

Dados da AEB mostram um crescimento de das exportações em 2006 de 18,9%. No intercâmbio com a Argentina houve um superávit de US\$ 3,6 bilhões, mas inferior ao de 2005. O motivo foi o aumento das importações em 29,1% que nas exportações de 18,1%. Os destaques dos produtos mais negociados com a Argentina foram os automotivos. O crescimento das exportações de automóveis de passageiros teve uma variação de 19,3% comparando 2005 a 2006. Óleos combustíveis tiveram variação de 118%. Nas importações o destaque também para automóveis de passageiros com uma variação de 169% e para a importação de minérios de cobre. Em relação aos outros membros as exportações também aumentaram.

As importações brasileiras estão concentradas em bens de consumo e capital com alto valor agregado e produtos manufaturados (alta tecnologia). As importações de bens de consumo e matéria-prima tiveram pouca variação na década de noventa. O total das importações para o Mercosul em 1990 estava US\$ 2.311.826.777(FOB) com uma participação de 11,19% sobre o total geral do Brasil.

Como o PIB brasileiro teve um crescimento negativo em 1991, as importações foram reduzidas e assim contendo o déficit da balança comercial. A partir de 1994 a participação das importações do Mercosul em relação às importações totais do Brasil teve crescimento de 13% a 16% em 1998. A partir de então houve redução da participação. Com as mudanças ocorridas após o plano de estabilização econômica e a redução da apreciação do real, reduzindo o preço dos importados levou a um aumento do coeficiente de importações. As importações no Mercosul também evoluíram significativamente. Os 7% do total das importações brasileiras eram fornecidas pelo Mercosul em 1990. Já em 1994, essas importações passaram a representar 14%. De 1994 até 1998 as importações cresceram 105%. A partir de então têm pequenas variações para cima ou para baixo, mas sempre maiores que as exportações. até 2003, com exceção do ano 2000 que teve um crescimento. De 2004 a 2006 a sua participação em relação ao total das importações brasileiras diminui para uma média de 9%. Com relação ao ano 2005/2006 a variação das importações do Mercosul foi de 27,2%. Em relação ao PIB tem um resultado de 0,8%.

As importações da Argentina têm uma variação de 29,1% com um total de US\$ 8 bilhões em 2006. Dentre os principais países que exportam para o Brasil, a Argentina se classifica em 2º lugar, somente atrás dos Estados Unidos.

3.2 EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA BLOCOS ECONÔMICOS

3.2.1 UNIÃO EUROPÉIA

As relações econômicas internacionais adquirem importância com o incremento dos investimentos e do comércio global. No início dos anos 90, como já foi mencionado, o cenário político e econômico internacional mostravam sinais de mudanças profundas.

Na década de noventa, os mercados mais importantes do comércio internacional brasileiro eram UE, EUA, bloco Asiático (China) e Aladi (inclusive países do MERCOSUL). A UE sempre foi o principal mercado das exportações e importações brasileiras seguido pela ALADI, EUA e pelo Bloco Asiático. Mas se analisarmos a tabela abaixo nº 9, podemos notar que EUA mais União Européia juntas começam a diminuir a sua participação nas vendas brasileiras. Em 2000 temos uma participação de 51,2% passando para 50% em 2001 e 51% no ano de 2002. A partir de então notamos mais acentuadamente a redução nas participações, chegando em 2006 a 40%.

Convém ressaltar que as exportações para a Ásia vêm crescendo num ritmo mais dinâmico devido às importações que a China vem fazendo nesse bloco. É igualmente importante mencionar que as exportações para a zona da ALADI têm crescido significativamente e a explicação é o crescimento do comércio com os parceiros do MERCOSUL principalmente a Argentina nos últimos anos. Abaixo dados das exportações e importações brasileiras por blocos econômicos nas tabelas Nº. 12 e 13.

TABELA Nº12 EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR BLOCOS ECONÔMICOS
(EM US\$ MILHÕES)

Ano	EUA*	Ásia**	União Européia	ALADI	Demais	Total
1995	8.798	8.192	13.192	10.018	6.263	46.506
1996	9.312	7.814	13.291	10.971	6.359	47.747
1997	9.406	7.730	14.965	13.648	7.245	52.994
1998	9.875	5.616	15.102	13.387	7.162	51.140
1999	10.849	5.732	14.082	10.560	6.788	48.011
2000	13.366	6.324	15.216	12.902	7.278	55.086
2001	14.378	6.949	15.240	12.225	9.431	58.223
2002	15.535	8.791	15.403	9.866	10.767	60.362
2003	16.900	11.676	18.461	12.920	13.126	73.084
2004	20.341	14.564	24.160	19.699	17.710	96.475
2005	22.741	18.552	26.493	25.428	25.093	118.308
2006	24.679	20.793	30.373	31.382	30.244	137.471
Var.(%) 2005/06	8,5	12,1	14,6	23,4	20,5	16,2

Fonte: APEX

TABELA Nº13 - IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR BLOCOS
ECONÔMICOS (EM US\$ MILHÕES)

Ano	EUA*	Ásia**	União Européia	ALADI	Demais	Total
1995	10.664	8.249	14.212	10.008	6.839	49.972
1996	11.964	7.638	14.534	11.672	7.538	53.346
1997	13.901	9.040	16.190	13.043	7.573	59.474
1998	13.697	7.882	17.213	12.354	6.617	57.763
1999	11.882	6.475	15.311	9.458	6.169	49.295
2000	13.033	8.600	14.518	11.653	8.035	55.839
2001	13.043	8.926	15.398	10.001	8.204	55.572
2002	10.438	7.996	13.469	8.224	7.113	47.240
2003	9.726	8.923	13.014	8.210	8.433	48.305
2004	11.530	12.280	15.920	10.027	13.078	62.835
2005	12.853	16.870	18.143	11.617	14.123	73.606
2006	14.849	22.886	20.125	16.327	17.209	91.396
Var.(%) 2006/05	15,5	35,7	10,9	40,5	21,8	24,2

FONTES: APEX

Em 1992, o MERCOSUL assinou com a comissão das comunidades européias um acordo interinstitucional que abria perspectivas para uma aproximação entre o MERCOSUL e a União Européia. De 1990 a 1994, período de transição do MERCOSUL, as exportações brasileiras apresentaram um bom desempenho. O plano real foi anunciado em 1994 e com ele a criação de uma moeda atrelada ao dólar.

Apesar de a União Européia atravessar um período de mudanças, em primeiro de janeiro de 1992, implementou o mercado único. Ela levou anos para chegar ao estágio atual a de “promover a unidade política e econômica da Europa”.

A UE despertou a atenção para o recém formado MERCOSUL que em um período de 4 anos aumentou muito as suas exportações. O próprio interesse do Nafta na região incomodava os europeus. Isso levou a UE a firmar um compromisso com o Brasil de aproximação comercial. Devido à pressão de alguns países europeus, o setor agrícola da UE foi muito protegido, com taxas e alíquotas altas principalmente para o Brasil. Esse é um dos principais motivos que as exportações brasileiras para o bloco não tenham evoluído na mesma relação que as exportações totais brasileiras. Apesar disso, a União Européia sempre foi o principal destino das exportações nacionais.

Em 95 o cenário internacional era de crise financeira em razão do choque mexicano. Em 97 a economia brasileira também se encontrava com pouco dinamismo. Foi adotado o sistema de banda cambial permitindo a depreciação da moeda brasileira.

Como já foi mencionada, a “penalização” pela UE, Nafta e EUA para os produtos agrícolas e pecuários brasileiros e de alíquotas altas. O protecionismo para os produtos básicos, em que o país tem vantagem comparativa. Lembramos que metade das vendas para a UE são de produtos básicos. Por outro lado a venda dos produtos brasileiros industrializados para a UE cresceu a uma taxa de 8%. As importações da UE são de produtos intensivos em capital.

No gráfico N^o. 14 podemos visualizar o comportamento das exportações Brasil – UE.

TABELA Nº14 - CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA UE –
US\$ - FOB

ANO	Exportações (milhões US\$)	Crescimento Médio (Anual) Das Exportações % (em relação ao período anterior na tabela)	Participação No Total Das Exportações Brasileiras %
1990	10.219	-	32,5
1995	13.236	5,3	28,5
2000	15.216	2,8	27,6
2006	30.373	12,2	22,1

FONTE: SECEX

A análise da tabela nos mostra o crescimento médio anual de 1990 a 1995 de 5,3% e de 1995 a 2000 de 2,8%. Comparando 2000 até 2006 o crescimento médio anual foi de 12,2%. Entretanto, os números enganam. A participação das compras da UE no total das exportações brasileiras vem regredindo. Quando em 1990, o bloco europeu participava ainda, com 32,5 % das exportações nacionais, em 2006 este percentual representava 22,5%. Em 2000, a União Européia era o principal bloco de destino das exportações brasileiras para blocos econômicos, mas em 2006 perdeu a posição para ALADI, ficando com o segundo lugar.

3.2.2 Estados Unidos

As exportações brasileiras para o mercado americano de 1995 a 2006 vêm acompanhando muito de perto a evolução das exportações nacionais totais. Houve um aumento maior nas vendas de produtos manufaturados neste último período. As manufaturas chegaram a ter um aumento expressivo de 182%. A participação americana nas exportações totais do Brasil estava em 1995 em 18,9% passando em 2006 para 18%, ou seja, mantendo-se praticamente estável, apesar da queda em

2000. O investimento externo direto americano é cerca de ¼ do estoque de capitais externos no Brasil, mas o crescimento é mínimo.

Convém ressaltar que a pauta de produtos brasileiros vem se mantendo ao longo dos anos. As vendas brasileiras para os EUA de 1995, 2000 e 2006 estão assim divididas de acordo com a Tabela Nº. 15.

TABELA Nº. 15- EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA OS EUA 1995, 2000 e 2006

ANO	TOTAL DAS EXPORTAÇÕES em milhões US\$	Participação nas exportações brasileiras (%)
1995	8.798	18,9
2000	13.366	24,2
2006	24.679	18,0

FONTE: SECEX

O perfil de comércio com os Estados Unidos é de vendas concentradas em commodities industriais e alguns produtos industriais de alto valor agregado. As importações são de bens intensivos em capital.

3.2.3 Ásia

O comércio de produtos brasileiros com a Ásia vinha se mantendo praticamente estável até 2001, com exportações numa faixa de US\$ 7,0 bilhões em médias anuais. A partir de 2002, com a intensificação das exportações com a China, o Brasil vem contabilizando vendas expressivas para a região com crescimento anual médio em torno de 24%. Neste período, a análise nos mostra que a corrente de comércio com a China multiplicou-se por 3,4 vezes entre os dois países. Além disso, o Brasil obteve uma expressiva elevação de seu saldo comercial. Vale observar, que as exportações nacionais aumentaram no final da década de 90 até quase o final de 2003. O perfil de comércio com o Japão, Coréia do Sul e China é de vendas concentradas em commodities agrícolas e minerais

Em relação às importações, a China destina para o país produtos mais intensivos em tecnologia. Não que estamos comprando mais desses produtos, mas

sim mudamos de fornecedor. Do Japão e Coréia do Sul as importações também são de bens intensivos em capital.

O investimento externo direto teve queda da participação Japonesa e elevação da chinesa e coreana mais partindo de níveis baixos. Podemos com a tabela nº16 visualizar as vendas.

TABELA Nº. 16- EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A ÁSIA

ANO	TOTAL DAS EXPORTAÇÕES (em US\$ milhões)	PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (%)
1990	5.267	16,8
1995	8.192	17,6
2000	6.324	11,5
2006	20.793	15,1

FONTE: SECEX

A China e a Índia continuam apresentando taxas de crescimento muito elevadas e se destacam entre os países da Ásia. As suas relações com a América Latina estão ainda em fase inicial. O Brasil com vantagem comparativa nas matérias-primas começa a ser mais explorado pela China, para se tornar mais seguro para ela o acesso aos recursos naturais. As exportações para a Ásia são praticamente, a maior parte, de produtos básicos e as exportações de manufaturados estão em baixa. Propostas como redução das tarifas brasileiras, que são as mais altas, como também a limitação de produtos sensíveis pelos países desenvolvidos, estão sempre colocados na pauta de negociações do Brasil.

3.2.4 ALADI

O bloco econômico ALADI tornou-se recentemente o principal mercado externo nacional seguido da União Européia. As exportações brasileiras representam quase 23% das exportações totais do país. No primeiro semestre de 2007 as vendas para a ALADI tiveram um aumento moderado de 16,0% enquanto que as importações um aumento expressivo de 30,6% em comparação com o

primeiro semestre de 2006. Por sua vez, tivemos um pequeno aumento do superávit comercial com o bloco, passando de US\$ 7,0 bilhões para US\$ 7,2 bilhões. Este saldo positivo acontece em todos os países da região, exceto a Bolívia. Convém frisar, no entanto, que o aumento se deu principalmente com o intercâmbio com a Argentina com 18,5% e a Venezuela 33,0%, o Chile com 14,2%, Peru com 47,0% e a Colômbia 23,0%. Por outro lado, as importações intra-regionais, apesar de mais dinâmicas tiveram um resultado mais desigual. Enquanto países como Argentina com crescimento de 34,4%, Chile 23,5%, México 51,7% e Peru com 45,6%, outros países tiveram reduções no comércio com o Brasil, por exemplo, Venezuela com percentual negativo (24,0%), e Equador (13,0%).

Estes resultados podem ser conferidos no item 3.2 na tabela Nº. 17 a seguir

TABELA Nº17- EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR BLOCOS ECONÔMICOS (EM US\$ MILHÕES)

Ano	EUA*	Ásia**	União Européia	ALADI	Demais	Total
1995	8.798	8.192	13.192	10.018	6.263	46.506
1996	9.312	7.814	13.291	10.971	6.359	47.747
1997	9.406	7.730	14.965	13.648	7.245	52.994
1998	9.875	5.616	15.102	13.387	7.162	51.140
1999	10.849	5.732	14.082	10.560	6.788	48.011
2000	13.366	6.324	15.216	12.902	7.278	55.086
2001	14.378	6.949	15.240	12.225	9.431	58.223
2002	15.535	8.791	15.403	9.866	10.767	60.362
2003	16.900	11.676	18.461	12.920	13.126	73.084
2004	20.341	14.564	24.160	19.699	17.710	96.475
2005	22.741	18.552	26.493	25.428	25.093	118.308
2006	24.679	20.793	30.373	31.382	30.244	137.471
Var.(%) 2005/06	8,5	12,1	14,6	23,4	20,5	16,2

CONTINUA -

CONTINUA ECONÔMICOS (EM US\$ MILHÕES)	IMPORTAÇÕES			BRASILEIRAS	POR	BLOCOS
	EUA*	Ásia**	União Européia	ALADI	Demais	Total
1995	10.664	8.249	14.212	10.008	6.839	49.972
1996	11.964	7.638	14.534	11.672	7.538	53.346
1997	13.901	9.040	16.190	13.043	7.573	59.474
1998	13.697	7.882	17.213	12.354	6.617	57.763
1999	11.882	6.475	15.311	9.458	6.169	49.295
2000	13.033	8.600	14.518	11.653	8.035	55.839
2001	13.043	8.926	15.398	10.001	8.204	55.572
2002	10.438	7.996	13.469	8.224	7.113	47.240
2003	9.726	8.923	13.014	8.210	8.433	48.305
2004	11.530	12.280	15.920	10.027	13.078	62.835
2005	12.853	16.870	18.143	11.617	14.123	73.606
2006	14.849	22.886	20.125	16.327	17.209	91.396
Var.(%) 2006/05	15,5	35,7	10,9	40,5	21,8	24,2

FONTE: SECEX/MDCI

O perfil de comércio da América Latina é de vendas concentradas em bens industriais de alto valor agregado. As importações são de petróleo e commodities com exceção da Argentina e México onde o comércio intra-industrial tem peso.

As exportações nacionais para a América Latina são de produtos de maior valor agregado. Por outro lado, exporta produtos com menor valor agregado para os países mais ricos. Interessante também é em relação à União Européia e a Ásia em que as exportações são de produtos de baixo valor agregado, principalmente produtos agro e minérios de maneira geral.

Encerrando o capítulo com os principais mercados fornecedores e de destino de produtos ao Brasil em 2006.

Em relação aos fornecedores, o destaque é dado para a Ásia, União Européia, Aladi e EUA.

A Ásia vinha com uma participação de 19,94% em 2004, passando para 22,94% em 2005 e continuou sendo o principal mercado fornecedor ao Brasil com uma participação de 25%. A União Européia perdeu o primeiro lugar nos dois anos anteriores para a Ásia em 2006. A Aladi surpreende com a terceira colocação e os EUA perdem participação em relação aos anos anteriores.

Quanto aos compradores a Aladi aparece em 1º lugar com 22,8%, a UE com 22,1% seguido pelo EUA com 18,8% e a Ásia com 15,1%.

Se compararmos as compras da UE com o ano 2000, verificamos que a sua participação caiu 4 pontos percentuais.

4 CONCLUSÃO

O Mercosul completa 16 anos. O bloco é uma realidade econômica de grandes dimensões continentais. O Mercosul foi criado objetivando a integração econômica, o livre comércio intra-bloco e a ampliação dos mercados de seus membros. Mas é muito difícil somar economias desiguais em suas estruturas, demasiado assimétricas.

A prevalecer à existência do Mercosul se faz necessário primeiramente que os países membros acreditem e queiram a continuação dessa integração. A formação de um bloco tem que ter uma união de forças, para competir no mercado internacional.

Analisando cuidadosamente o Mercosul, percebe-se que os países integrantes de maior expressão, encontram-se com problemas. Em relação ao Brasil, com o maior poder econômico no bloco, é o país com uma das rendas mais baixas entre seus parceiros. Quanto à Argentina, ainda encontra-se com problemas da sua última crise. Os dois menores integrantes, Paraguai e Uruguai, são países praticamente sem muita expressão no cenário internacional. E por fim a Venezuela, aspirante no bloco, porém com problemas de natureza político-internacionais.

Em relação ao livre trânsito de bens e serviços, o Mercosul ainda tem um bom caminho pela frente. Há muitas dificuldades que impedem a formação de um espaço econômico comum. Como exemplo, temos muitos obstáculos aduaneiros, regras de exceção, regras desrespeitadas e outros.

O comércio do Brasil com a Argentina, Paraguai e Uruguai, antes do Mercosul, representava somente 7% das exportações e importações totais brasileiras no início da década de 90. Com o fim da transição em 1994, o comércio dos parceiros do Mercosul com o Brasil, já representava 13,7% do comércio externo total brasileiro. Isso significa que inicialmente, houve sinais de dinamismo, porém partindo de uma base reduzida, qualquer crescimento significativo parece maior.

Em 2006, o volume das vendas e compras do Brasil para o bloco, foi de 10% em relação às exportações e importações totais do Brasil. Houve uma pequena redução, mas não significa uma perda no volume transacionado do país com o bloco, pois as exportações para o Mercosul cresceram em 136%, tomando como

base 1994. Entretanto, o que se constata é que as exportações brasileiras para outros blocos e países do mundo cresceram mais do que o comércio Brasil-Mercosul. Temos como exemplo as vendas e as compras para o Mercosul de 2006/1994 que chegaram a um crescimento percentual de 136% e 96% respectivamente. Por outro lado, as vendas brasileiras para o mundo cresceram 216% e as importações de 176%.

Fazendo uma análise da evolução do comércio intra-regional com cada membro do Mercosul, verificamos que as exportações brasileiras para a Argentina, na década de 80 se apresentavam num volume sensivelmente inferior (média anual em torno de US\$ 700 milhões) – esse argumento também serve para as importações brasileiras da Argentina. A partir da entrada no bloco, os volumes transacionados nos dois sentidos apresentam dimensões bem maiores e chegam a uma média anual em torno de US\$ 6 bilhões de exportações e praticamente o mesmo valor em importações. Nos dois últimos anos o comércio entre esses dois países cresceu de uma forma mais vigorosa. Os saldos comerciais entre os dois países em todo o período se apresentam bem equilibrados com pequeno resultado a favor do Brasil (US\$ 1,3 bilhão no período Mercosul). Mas, se os saldos estão equilibrados e o Brasil tem saldo positivo no bloco, os menores países estão em desvantagem. A entrada do Uruguai e Paraguai no Mercosul, também levou a um crescimento nas transações comerciais com o Brasil. Convém frisar, no entanto que houve um expressivo saldo comercial a favor do Brasil nas suas relações com o Paraguai devido principalmente aos patamares modestos das suas importações durante todo o período.

No comércio mundial, as exportações brasileiras representam 1,1%. Essa relação vem se mantendo, praticamente a mesma, nas últimas duas décadas, ou seja, a formação do Mercosul não alterou o posicionamento do Brasil no mundo.

Nos últimos anos o Brasil vem batendo muitos recordes nas exportações, mas esse “boom exportador” foi basicamente influenciado pelo crescimento das vendas de commodities. Os blocos e países como o da União Européia, China, Estados Unidos e a Aladi também estão exportando e importando mais, porque o cenário mundial está favorável. Não resta dúvida que o Brasil está se inserindo mais em novos mercados, e alcançando bons resultados principalmente com a Aladi, mas é ainda muito pouco quando constatamos o resultado de sua participação na economia mundial.

Nesse trabalho muito foi dito sobre as altas taxas que são impostas ao Brasil no comércio internacional. Países e blocos que têm estratégias de proteção em determinados setores, em especial o agrícola, como a União Européia e Estados Unidos, fazem diversas negociações com países em desenvolvimento como o Brasil. Apesar dessas negociações, o Brasil não tem conseguido avançar muito nos chamados setores sensíveis. Apesar de tantos obstáculos a serem enfrentados, a influência brasileira a partir do Mercosul para negociações com a União Européia vem sendo positiva.

É muito difícil imaginar que o Brasil sem o Mercosul, poderia se inserir mais no Comércio mundial. Outros blocos e grandes países querem investir e negociar com grandes mercados. Com todos os problemas do bloco é ainda mais vantajoso negociar a partir do Mercosul, quando a economia de um país não tem um histórico de grandes estabilidades. Sem falar na sua competitividade que vem perdendo posições para outros países no ranking de competitividade como, Botsuama, El Salvador, Panamá entre outros e ficando uma posição na frente do Zimbabwe.

Futuramente, quem sabe, poderemos ter um Mercosul fortalecido com a inclusão de outros países da América do Sul, um Brasil com taxas de crescimento, pelo menos mais próximas a de outros países e uma verdadeira inserção do país internacional a partir do Mercosul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marcelo Paiva. **Texto para Discussão nº. 155. Política Comercial Brasileira: limites e oportunidades.** Setembro, 2002. Funcex: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior.
- ABREU, Sergio; FLORÊNCIO, Lima; ARAÚJO, Ernesto. **Mercosul Hoje.** São Paulo: Alfa Omega, 1996.
- AVERBURG, André. **Texto para Discussão. Mercosul: Conjuntura e Perspectivas.** Rio de Janeiro, 2000.
- AVERBURG, Marcelo. **Mercosul: Expectativas e Realidade.** In.: Revista do BNDES, v.9 n.17, p. 75-98. Rio de Janeiro, Junho. 2002.
- BAHRY, Thaisa Regina. **Os Reflexos da Crise Financeira de 1997 na economia Brasileira.** Curitiba: UFPR, 2000. N.24, p.91- 116.
- BARBOSA, Rubens. **Organizador Mercosul – Quinze Anos.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de SP – Fundação Memorial, 2007.
- BOUZAS, R. **Quatro Falácias sobre o Mercosui.**
- CAMPBELL, Jorge. **Mercosul – Entre a Realidade e a Utopia.** Rio de Janeiro: Relute Doara, 2000.
- DATHEIN, Ricardo. **Mercosul: Antecedentes, Origem, e Desempenho Recente.** In.: UFPR, v.31, n. 1(29), p.7 -40. Curitiba, Jan/Junho.
- DENIAU, J. F. **O Mercado Comum.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- EASTERLY, William Russel. **O Espetáculo do Crescimento – Trad.: Alice Xavier.** Rio de Janeiro: Ediouro Publicações S.A. 2004.
- GREMAUD, Amaury Patrick ; VASCONCELOS, Marco Antonio; TOLEDO, Rudinei Junior. **Economia Brasileira Contemporânea.** 5.ed. São Paulo: Atlas S.A, 2004.
- JORNAL VALOR ECONÔMICO. **A Decepção e prejuízos com a Suspensão de Doha.** 27 julho 1996.
- JORNAL VALOR ECONÔMICO. **A Decepção e Prejuízos com a Suspensão de Doha.** 27 julho 2006

KRUGMAN, Paul R; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional – Teoria e Política**. 5.ed. São Paulo: Makron Books LTDA, 2001.

KUNZLER, J.P. **Mercosul e o Mercado Internacional**. Porto Alegre: Ortiz, 1995.

LIMA, Marcos Costa; MEDEIROS, Marcelo de Almeida – Organizadores. **O Mercosul no Limiar do Século XXI**. São Paulo: CLACSO, 2000.

LALL, Sanjaya; ALBALADEJO, Manuel; MOREIRA, Mauricio Mesquita. Intal – instituto da integração da América Latina e do Caribe, 2004.

MACEDO, Mariano. **Experiências de Planejamento em Contextos de Metas**. 1994. Tese de Doutorado – Universidade de Campinas, São Paulo.

VEIGA, Pedro da Motta. **Política e economia num projeto de integração – em Mercosul entre a Realidade e a Utopia**. Relume Dumará.

ZENDRON, Patrícia; CATERMOL, Fabrício. **O Boom Exportador Brasileiro e sua Base de Exportadores**. Revista do BNDES, v. 13 n.25, p.87 -114. Rio de Janeiro, julho. 2006.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Blocos Econômicos**. Mai, 28
Disponível em: <<http://www.global21.com.br/mercosur>>. Acesso em: 04 jun. 2007.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. **Brasil e Argentina reforçam Compromisso de cooperação Energética**. mai
Disponível em: <<http://www.mrree.gub.uy/mercosur>>. Acesso em: 05 jun 2007.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO URUGUAI. **Dados da Aladi**
Disponível em: <<http://www.bcw.gub.uy/autoriza>>. Acesso em: 06 mai 2007.

Disponível em: <<http://www.unstats.un.org/unsd>>. Acesso em: 2007.

PERFIL DOS PAÍSES. **Dados Estatísticos**.

Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/exportação>>. Acesso em: 2007.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Dados Estatísticos**

Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal>>. Acesso em: 2007

Disponível em: <<http://www.unionsudamericana.net/interblocos>>. Acesso em: 2007.

Disponível em: <<http://www.mercosulcplp.blogspot.com>>. Acesso em: 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento Humano**. mai, 2007

Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 24 jun 2007.

BANCO MUNDIAL. **Dados Estatísticos**

Disponível em: <<http://www.bancomundial.org>>. Acesso em: 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados Estatísticos**, 2007

Disponível em: <<http://www.ibge.gov>>. Acesso em: 2007.

SISTEMA DE ANÁLISE DE COMÉRCIO EXTERIOR. **Dados Estatísticos**

Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO. **Dados Estatísticos**, 2007

Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 2007.

ANÁLISIS ECONOMICO Nº4: **Evolución Reciente de la Economía Argentina y Perspectivas de sostenibilidad: un enfoque comparado.**

Septiembre de 2005

Disponível em: <<http://www.mecon.gov.ar/secpro>>. Acesso em: 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CENSOS. **Dados Estatísticos**

Disponível em: <<http://www.indec.gov.ar>>. Acesso em: 2007.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO. **Dados Estatísticos**

Disponível em: <<http://www.aladi.gov.org>>. Acesso em: 2007.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Dados Estatísticos**

Disponível em: <<http://www.fmi.gov>>. Acesso em: 2007.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Dados Estatísticos**

Disponível em : <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 2007.